

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**₃

EDIÇÃO N.º 86/2026

Unidade: Reitoria

Publicado em 18 de setembro de 2026

Disponível em:

<https://www.ifrr.edu.br/documentos/boletim-de-pessoal-e-servicos/>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação: Camilo Sobreira de Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Marcelo Bregagnoli

Reitora do IFRR: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Institucional: Giovani Calerri
dos Santos Pena Júnior

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Romildo Nicolau
Alves

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Luciana Leandro Silva

Diretora-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Diretora-Geral do *Campus* Amajari: Rodrigo Luiz Neves Barros

Diretor-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Isaac Sutil da Silva

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Maria Eliana Lima dos Santos

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria
Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- Decreto nº. 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- Resolução nº. 274, de 16 de setembro de 2016.

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ÍNDICE

ATOS DA REITORIA

Resolução CONSUP/IFRR N° 908, de 17 de setembro de 2026



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 ,
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 908, de 17 de setembro de 2026.

Aprova a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Campus Boa Vista.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o constante no Processo n.º 23229.000664.2025-66, e a decisão do colegiado tomada na 104ª sessão plenária, realizada em 19 de junho de 2026,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Campus Boa Vista., conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 17 de setembro de 2026.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do CONSUP

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Getúlio Marques Ferreira

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

DIRETORA DO *CAMPUS* Boa Vista

Luciana Leandro Silva

DIRETORA DE ENSINO

Heloane do Socorro Sousa Borges

COORDENADOR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR

Gisely Souza Campos Moraes

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Nome	Matrícula	Função
Gisely Souza Campos Moraes	2325285	Presidente e Coordenadora do Curso
Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo	1129396	Membro Docente
Ana Paula Santos de Oliveira	1025499	Membro Docente
Deice Silva Teixeira	2707055	Membro Docente
Luciane Wottrich	3147311	Membro Docente
Orlando Marinho Cerqueira Junior	1292515	Membro Docente
Régia Cristina Macedo da Silva	1580414	Membro Docente
Renata Orcioli da Silva Ticianeli	2502627	Membro Docente
Robson Pereira Silva	1300548	Membro Docente
Edilacy da Silva Sampaio	1889107	Membro Docente
Roselis Bastos da Silva	1639347	Membro TAE- Pedagogia Representante do DAPE

LISTA DE FIGURAS

[Figura 1 - Representação Gráfica do Processo Formativo 31](#)

LISTA DE QUADROS

[Quadro 1 - Dados de Identificação da Instituição 9](#)

[Quadro 2 - Dados de Identificação do Curso 10](#)

[Quadro 3 - Estabelecimentos de Saúde do Estado de Roraima 19](#)

[Quadro 4 - Regime Letivo 23](#)

[Quadro 5 - Matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar 29](#)

[Quadro 6 - Organização da Prática Profissional Supervisionada 76](#)

[Quadro 7 - Contribuição dos Componentes Curriculares para a Prática Profissional 78](#)

[Quadro 8 - Distribuição da Prática Profissional no curso 79](#)

[Quadro 9 – Atividades Práticas Profissional do Curso 79](#)

[Quadro 10 - Avaliação da Prática Profissional 80](#)

[Quadro 11 – Contribuições da Prática Profissional para o Perfil do Egresso 81](#)

[Quadro 12 – Formas de Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão 93](#)

[Quadro 13 – Perfil do Corpo Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar 120](#)

[Quadro 14 – Perfil da Equipe Técnico-pedagógica 122](#)

[Quadro 15 – Perfil do Corpo Técnico-administrativo 123](#)

[Quadro 16 – Instalações da Biblioteca 126](#)

[Quadro 17 – Informações Complementares da Biblioteca 126](#)

[Quadro 18 – Equipamentos e outros materiais 126](#)

SUMÁRIO

17.1 [Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais 100](#)

17.2 [Assistência Estudantil 100](#)

17.3 [Apoio Pedagógico 102](#)

18 [TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO \(TDICs\) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM 104](#)

19 [COLEGIADO DE CURSO 105](#)

20 [NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE 107](#)

21 [CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO 109](#)

21.1 [Avaliação da aprendizagem do estudante 109](#)

21.2 [Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso 114](#)

22 [EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES - ENADE](#)

[116](#)

23 [CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES 117](#)

24 [SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 118](#)

25 [PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO 120](#)

26 [INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA 125](#)

26.1 [Instalações 126](#)

26.2 [Biblioteca 126](#)

26.3 [Equipamentos e outros materiais 126](#)

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Quadro 1 - Dados de Identificação da Instituição

Nome do IF / <i>Campus</i>	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA - IFRR/ <i>CAMPUS</i> BOA VISTA - CBV
CNPJ	10.839.508/0001-31
Eixo Tecnológico de atuação do <i>Campus</i>	Ambiente e Saúde
Esfera Administrativa	Federal
Endereço completo	Av. Glaycon de Paiva, n.º 2496 - Pricumã
Site do <i>Campus</i>	https://boavista.ifrr.edu.br
Reitora	Nilra Jane Filgueira Bezerra
Pró-Reitora de Ensino	Aline Cavalcante Ferreira
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Romildo Nicolau Alves
Pró-Reitora de Extensão	Roseli Bernardo Silva dos Santos
Pró-Reitor de Administração	Emanuel Alves de Moura
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	Adnelson Jati Batista
Diretora-Geral do <i>Campus</i>	Luciana Leandro Silva
Diretora de Ensino do <i>Campus</i>	Heloane do Socorro Sousa Borges
Diretora do Departamento de Ensino de Graduação	Cintiara Souza Maia

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Quadro 2 - Dados de Identificação do Curso

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar	
Campus	Boa Vista
Proposta	Atualização
Modalidade de Oferta	Presencial
Eixo Tecnológico	Ambiente e Saúde
Início de funcionamento do curso	2005 - Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Serviços de Saúde 2006 - Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar
Regime Letivo	Semestral
Turno de funcionamento	Noturno
Periodicidade de oferta	Anual
Vagas semestrais	1º semestre: 35 vagas
Vagas anuais	35
Duração prevista	3 anos
N.º de semestres	6
Carga Horária Obrigatória Total	2500 horas
Carga Horária Presencial	2500 horas
Carga Horária à Distância	Não se aplica
Duração da Hora-Aula	60 Minutos
Tempo Mínimo de Integralização do Curso	6 Semestres
Tempo Máximo de Integralização do Curso	9 Semestres
Título outorgado	Tecnólogo em Gestão Hospitalar
Coordenadora do Curso	Gisely Souza Campos Moraes
Resolução de Autorização de Funcionamento	Resolução n.º 46, de 29 de novembro de 2005.

Fonte: Comissão de Reformulação (2025)

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Apresentação da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição pública da administração indireta federal que tem por finalidade oferecer formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com a perspectiva de fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado de Roraima.

Autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), o IFRR tem uma reitoria e cinco *campi*, a saber: Amajari, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso e Bonfim.

Distribuídos em regiões estratégicas, esses campi ampliam o acesso à educação e atendem diretamente a 15 municípios de Roraima, consolidando o papel do IFRR como agente de transformação educacional, social e econômica.

1.2 Histórico do IFRR

A educação profissional no Brasil teve início em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Com o decorrer dos anos, várias mudanças ocorreram, até que, em 2008, o Ministério da Educação instituiu, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2018, a Rede Federal já era composta por 38 (trinta e oito) institutos federais, incluindo o IFRR, 2 (dois) Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 (vinte e cinco) escolas técnicas vinculadas a universidades federais, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II.

O IFRR é um centro de referência educacional e vem contribuindo, há 30 anos, para o processo de desenvolvimento do Estado de Roraima ao promover a inclusão social de jovens e adultos por meio de ações de formação profissional, estando inserido nos arranjos produtivos regionais e locais.

Desde a sua criação, a instituição passou por várias mudanças, assim como outras instituições de ensino do país. A história do IFRR divide-se em cinco etapas. São elas:

• **Escola Técnica de Roraima, integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima**

Implantada como Escola Técnica em 1986, a instituição começou suas atividades em 1987 com apenas 2 (dois) cursos técnicos: *Eletrotécnica*, atendendo 105 estudantes, e *Edificações*, 70 estudantes. Suas instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

• **Escola Técnica de Roraima, integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima**

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer nº 26/89, o Conselho Territorial de Educação autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima, aprova o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos dois cursos técnicos, tornando válidos todos os atos escolares anteriores ao regimento. O seu quadro funcional era composto por 12 (doze) docentes e 11 (onze) técnicos administrativos.

• **Escola Técnica Federal de Roraima**

Em 30 de junho de 1993, por meio da Lei nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 123, de 1º de julho de 1993, no governo do então presidente da República, Itamar Franco, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), cuja implantação, na prática, deu-se pela transformação da Escola Técnica do ex-Território Federal de Roraima.

Seu quadro de pessoal era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos administrativos. A partir de 1994, por intermédio do Programa de Expansão de Cursos, foram implantados os cursos *Técnico em Agrimensura* e *Magistério em Educação Física*, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série, atendendo 213 estudantes distribuídos em seis turmas. Gradativamente, essa modalidade de ensino foi sendo extinta.

• **Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima**

Com a transformação da instituição em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), por meio do Decreto Presidencial, de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, a comunidade interna se preparou para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior.

O curso superior de *Tecnologia em Gestão de Turismo* é o primeiro a ser implantado e tem sua proposta de implantação vinculada à proposta de transformação da ETFRR em Cefet-RR.

Em 2005, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de Unidades de Educação Descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, com Roraima sendo contemplado na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, região Sul do Estado.

Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas dessa unidade com 210 estudantes matriculados no curso *Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio*, incluindo uma turma do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Já na segunda fase do plano, o Cefet-RR é contemplado com outra unidade, desta vez no município do Amajari, no norte do Estado.

• **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima**

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.892, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação.

A partir dessa data, o Cefet-RR é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, conforme a Resolução MEC/CNE nº 02/2007, com três *campi*: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari.

No ano de 2011, por intermédio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, a instituição é contemplada com mais um *campus*: o Boa Vista Zona Oeste, também sediado na cidade de Boa Vista, sendo que o *Campus* do Bonfim teve sua autorização para funcionamento apenas no ano de 2015.

1.3 Missão, Visão e Valores do IFRR

A missão, a visão e os valores do IFRR são os elementos que nortearão as ações da instituição por todo o quinquênio de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A missão define o motivo da existência da instituição; a visão, o que ela pretende ser; e os valores, os princípios que guiarão toda a sua atuação.

1.3.1 Missão

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

1.3.2 Visão

Ser excelência na Região Amazônica, como agente de transformação social, por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

1.3.3 Valores

Ética e transparência; inclusão social; gestão democrática; respeito à diversidade e à dignidade humana; responsabilidade socioambiental.

1.4 Histórico do Campus Boa Vista

A história do *Campus Boa Vista* é originária do processo de formação do atual IFRR. O *campus*, na prática, nasceu da Escola Técnica Estadual de Roraima, que funcionava em um espaço físico cedido pela então Escola de Formação de Professores de Boa Vista.

Quando a Escola Técnica foi federalizada, por meio da Lei nº 8.670/ 1993, passando a se chamar Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), contou com os servidores redistribuídos do ex-Território Federal de Roraima e estudantes dos cursos de *Edificações* e *Eletrotécnica*. Funcionando em prédio próprio, a ETFRR criou o Curso *Técnico em Agrimensura* e *Magistério em Educação Física*. Seguindo esse processo de expansão e na perspectiva de preparar estudantes para ingressar no Ensino Técnico, implantou o ensino fundamental de 5ª a 8ª séries. Em 1996, por solicitação da comunidade e tomando como base os resultados obtidos a partir de pesquisa de mercado, foram implantados os Cursos pós-2º Grau *Técnico em Turismo* e em *Hotelaria* e *Técnico em Secretariado*. Em 1998, foram criados o Curso *Técnico em Transações Imobiliárias* e o Curso *Técnico em Enfermagem*. Entre 2000 e 2001, foram inaugurados os cursos *técnicos em Eletrônica, Laboratório, Recreação e Lazer, Informática, Radiologia* e *Segurança do Trabalho*, além da criação da Educação de Jovens e Adultos com o curso de qualificação profissional em *Construção Civil e Eletrotécnica*.

A Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, transformou a ETFRR em Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet). A efetivação ocorreu por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002. Com isso, a comunidade interna se adequou ao princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e tecnológico. Neste sentido, foram criados e implantados os seguintes cursos de graduação: *Licenciatura em Educação Física, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão em Serviços de Saúde, Licenciatura em Letras-Espanhol e Literatura Hispânica, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Tecnologia em Gestão de Turismo, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Matemática*.

Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais, entre os quais o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), a qual foi publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro do mesmo ano. A partir dessa lei, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao MEC. A consolidação dessa nova institucionalidade exigiu mudanças na estrutura organizacional, uma vez que o IFRR possui uma estrutura multicampi. A partir de então, a sede do Cefet-RR passou a denominar-se *Campus Boa Vista* (CBV).

Os eixos tecnológicos de atuação do *Campus Boa Vista* estão concentrados em: *Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Controle e Processos Industriais e Infraestrutura; Ambiente e Saúde; Turismo, Hospitalidade e Lazer*. De modo geral, o CBV vem ofertando, de acordo com a legislação vigente, desde cursos de Formação Inicial e Continuada, Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Subsequentes, Cursos Superiores de Tecnologia, Curso de Licenciatura, Pós-Graduação, presencial e na modalidade EAD, bem como oferta o Mestrado Profissional ProfEPT, esse em último em rede nacional.

Atualmente, o CBV oferta os seguintes cursos:

- *Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio*: Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Informática e Secretariado.
- *Cursos Técnicos Subsequentes*: Análises Clínicas, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Enfermagem, Informática, Secretariado e Sistemas de Energia Renovável.
- *Cursos de Licenciatura*: Ciências Biológicas, Educação Física, e Matemática.
- *Cursos de Tecnologia*: Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão de Turismo, Gestão Hospitalar e Saneamento Ambiental.

O Curso Superior de *Tecnologia em Gestão Hospitalar* do IFRR - Campus Boa Vista insere-se no eixo Tecnológico Ambiente e Saúde. Implantado em 2005, por meio do seu currículo oportuniza a profissionalização dos estudantes, fundamentada em princípios éticos, humanizados e técnicos para atuar de maneira eficiente, seja no ambiente acadêmico, no cotidiano dos hospitais ou outros estabelecimentos de

saúde, nos processos de planejamento, estruturação e administração dos serviços de saúde, bem como na supervisão e estruturação de processos, gestão de aquisições, gerenciamento de despesas, monitoramento e supervisão de contratos e parcerias, formação de equipes de trabalho, definição de prioridades e implementação de iniciativas inovadoras no serviço.

Do ponto de vista da inovação, o Curso Superior de *Tecnologia em Gestão Hospitalar* auxiliará na formação de profissionais conscientes de sua responsabilidade ao elaborar e aplicar estratégias que garantam a eficiência, a eficácia e a competitividade das instituições hospitalares em Roraima.

Dentre os cursos de destaque está o de Tecnologia em Gestão Hospitalar, implementado em 2005 no eixo Ambiente e Saúde. O Curso foi criado para responder à necessidade crescente de profissionais preparados para atuar na gestão de serviços de saúde em Roraima. Assim, o seu currículo integra conhecimentos técnicos, princípios éticos e prática humanizada, preparando o egresso para planejar, organizar e administrar serviços hospitalares. O profissional formado poderá atuar em processos de compras e contratos, gestão de custos, supervisão de equipes, planejamento estratégico e na implementação de soluções inovadoras.

Portanto, mais do que primar pela formação e qualificação dos gestores, o curso se propõe a desenvolver profissionais conscientes de sua responsabilidade social e acadêmica e tecnicamente capazes de garantir a eficiência e competitividade às instituições hospitalares e de saúde, assim como, numa perspectiva humanista, contribuir para o fortalecimento do sistema de saúde na Amazônia.

2 JUSTIFICATIVA

O Estado de Roraima, situado no extremo norte do Brasil, faz fronteira ao norte e nordeste com a Venezuela, a leste com a Guiana, ao sudeste com o Pará e ao sul com o Amazonas. Com uma área territorial de aproximadamente 224.300 km², a sua população é estimada em 652.713 habitantes, segundo projeções do IBGE (2023). Boa Vista, a capital e maior cidade do Estado, concentra aproximadamente 67% da população, com cerca de 438.490 habitantes.

Atualmente, Roraima conta com aproximadamente 1020 unidades de saúde, entre hospitais, laboratórios, unidades básicas e centros especializados. Somente em Boa Vista concentram-se 320 dessas unidades, confirmando sua centralidade na rede de atenção à saúde do estado. O panorama apresentado no Quadro 3, consta esse cenário marcado por uma rede de serviços em expansão e pela pressão constante de demandas regionais e transfronteiriças, exige profissionais de gestão hospitalar cada vez mais qualificados. Os desafios vão desde a otimização de recursos e a modernização da gestão administrativa, até a incorporação de tecnologias inovadoras e o fortalecimento da integração entre os setores público e privado.

A criação do curso em 2005 respondeu a um primeiro diagnóstico das necessidades. Contudo, desde a implantação do primeiro Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em 2008, novas demandas têm reforçado sua pertinência:

Assim, os Planos de Desenvolvimento Institucional do IFRR (PDI/PPI 2014-2018, 2019–2023 e 2024-2028) reafirmaram a prioridade da formação de profissionais na área da saúde, alinhada às vocações regionais. As avaliações institucionais externas (SINAES/INEP) reconheceram o curso como estratégico para o desenvolvimento regional, apontando ajustes que têm sido incorporados ao longo das atualizações curriculares. Uma vez que, o próprio mercado de trabalho roraimense passou por transformações significativas após 2015, com a ampliação da rede hospitalar privada em Boa Vista, a interiorização gradual de serviços de saúde e a pressão migratória que impactou diretamente a gestão de recursos humanos, materiais e financeiros na área. A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso constitui-se, assim, como resultado de um processo permanente de acompanhamento, monitoramento e avaliação conduzido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), em articulação com a coordenação, o colegiado e os setores institucionais. O NDE atua de forma contínua na análise do perfil do egresso, da matriz curricular, das metodologias de ensino, dos processos avaliativos e da aderência do curso às demandas do mundo do trabalho.

Destaca-se, ainda, que as melhorias implementadas no curso fundamentam-se nos resultados das avaliações institucionais internas realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela Comissão Setorial de Avaliação (CSA). Os relatórios dessas comissões subsidiam a tomada de decisões relacionadas à organização curricular, às práticas pedagógicas, à infraestrutura, ao apoio ao estudante, à qualificação docente e à gestão acadêmica, fortalecendo a cultura institucional de autoavaliação e melhoria contínua.

Assim, a justificativa do curso deixa de ser apenas uma resposta pontual a uma pesquisa inicial e apresenta-se como uma trajetória em evolução, em sintonia com os planos institucionais do IFRR e com as mudanças estruturais do setor de saúde em Roraima.

E ao completar duas décadas, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar reafirma sua relevância não apenas para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado, mas também para a profissionalização da gestão no setor privado, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade dos serviços e para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Quadro 3 - Estabelecimentos de Saúde do Estado de Roraima

ESTABELECIMENTOS	QUANTIDADE
POSTO DE SAÚDE	219
POLO BASE EM SAÚDE INDÍGENA	53
CENTRO DE SAÚDE	36

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	11
CENTROS ESPECIALIZADOS	45
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	150
ACADEMIA DE SAÚDE	17
POLICLÍNICA	5
HOSPITAL GERAL	1
HOSPITAIS ESPECIALIZADOS	20
UNIDADE MISTA	7
UNIDADE DE APOIO INDÍGENA	100
UNIDADE DE VIGILÂNCIA	6
UNIDADE MÓVEL	17
UNIDADE DE SAÚDE	4
UNIDADE DE ENDEMIAS DE MUCAJAÍ	1
UNIDADE DE INTERNAÇÃO CANARINHO	1
CONSULTÓRIO ISOLADO	40
CLÍNICAS/CENTROS DE ESPECIALIDADE	123
FARMÁCIA	12
CENTRAL DE REGULAÇÃO SAMU DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA	1
LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DE RORAIMA - LACEN/RR	1
LABORATÓRIO DE ANATOMOPATOLOGIA DE RORAIMA - LAPER	-
LABORATÓRIOS ESPECIALIZADOS	38
SECRETARIA DE SAÚDE	16
POLO BASE INDÍGENA/E OUTROS	52
CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO	4
CENTRAL DE ABASTECIMENTO IMUNOBiolÓGICO	1
CENTRAL MUNICIPAL DE REDE DE FRIO	3
CENTRAL DE NOTIF CAPIT DIST DE ÓRGÃOS DE RORAIMA CNCDO	1
CENTRAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	1
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA	11
DEPARTAMENTO DE REFERÊNCIA MUNICIPAL	1
SESI DEPARTAMENTO REGIONAL DE RORAIMA	1
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE AMBIENTAL	1
COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL	1
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1
CENTRO DE REFERÊNCIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR - CEREST	1
CENTRAL ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE ALTA COMPLEXIDADE	1
COMPLEXO REGULADOR DE RORAIMA	1
CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE - COE	1
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE IMUNIZAÇÃO	1
COORDENADORIA GERAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CGAF	1
ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO SUS EM RORAIMA - ETSUS RR	1
GERÊNCIA ESTADUAL DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO - GTFD RR	1
COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL	1
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE IMUNIZAÇÃO	1
COORDENADORIA GERAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CGAF	1
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE CANTÁ	1
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1

COORDENAÇÃO DE EPIDEMIOLOGIA	1
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1
COORDENAÇÃO GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE MUNICIPAL	1
Total	102

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2025)

Apesar do IFRR ter sido pioneiro, outras instituições privadas incorporaram o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar às suas ofertas acadêmicas. Esta ampliação da oferta de formação reforça a importância desse campo de atuação e evidencia a urgência de formar profissionais aptos a lidar com os complexos desafios da gestão de serviços de saúde, assegurando uma gestão pautada na eficiência, inovação e qualidade, em conformidade com as exigências atuais do setor.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar reafirma seu compromisso com uma gestão democrática e participativa, orientada à excelência nos serviços de saúde destinados à população. Assim sendo, a revisão de seu plano pedagógico tem como principal objetivo formar tecnólogos com competências avançadas em liderança, planejamento estratégico e avaliação de serviços de saúde.

Esta revisão é crucial para adequar a formação dos futuros profissionais às demandas atuais do setor de saúde, que vivencia avanços tecnológicos constantes, alterações regulatórias e novas necessidades da sociedade. É fundamental incluir componentes curriculares que abordem políticas públicas de saúde, faturamento hospitalar, gestão de recursos materiais e patrimoniais, gestão de serviços, entre outros, para assegurar que os formandos estejam aptos a atuar de forma eficaz e inovadora. Ademais, a revisão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) visa atender aos processos de curricularização da extensão, fomentando maior conexão entre os métodos acadêmicos e a realidade da administração hospitalar e, dessa forma, consolidando a conexão entre teoria e prática.

A incorporação de metodologias inovadoras e de componentes curriculares focados na gestão de crises sanitárias e na humanização do atendimento auxilia ainda na formação de profissionais mais qualificados e atentos às demandas dos pacientes. Assim, a atualização do PPC não só cumpre as normas educacionais e as orientações das entidades reguladoras, como também possibilita uma formação alinhada às mudanças do setor, aumentando a empregabilidade dos recém-formados e a excelência dos serviços hospitalares oferecidos à população.

Esta reformulação curricular busca ainda integrar práticas inovadoras de gestão às especificidades do Sistema Único de Saúde (SUS) e às particularidades regionais, promovendo a qualificação e profissionalização do setor gerencial em saúde. Assim, o curso se consolida como pilar essencial para o desenvolvimento sustentável de Roraima, contribuindo de maneira decisiva para o aprimoramento do sistema de saúde e para a oferta de um atendimento eficiente e qualificado, capaz de atender às crescentes demandas da sociedade.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

O Curso tem como objetivo formar profissionais de Tecnologia em Gestão Hospitalar com amplo conhecimento técnico e científico, capazes de atuar de forma ética e eficaz no planejamento, organização e gerenciamento dos processos de trabalho em gestão de saúde.

3.2 Objetivos Específicos

- Proporcionar ao acadêmico os conhecimentos teóricos e práticos necessários à formação e ao adequado desempenho do exercício profissional em Gestão Hospitalar;
- Capacitar os estudantes para o planejamento estratégico de unidades de saúde, considerando aspectos administrativos, financeiros e operacionais;
- Habilitar os profissionais para a utilização de ferramentas de gestão que otimizem processos hospitalares e promovam a eficiência dos serviços de saúde
- Incentivar a elaboração e execução de projetos em gestão hospitalar, promovendo uma prática profissional voltada para o desenvolvimento de ferramentas e processos integrados a uma visão holística da saúde;
- Incentivar a pesquisa e a inovação na gestão hospitalar, promovendo a aplicação de novas tecnologias e metodologias de melhoria contínua;
- Desenvolver habilidades de liderança e de gestão de pessoas, capacitando os profissionais a coordenar equipes e otimizar o desempenho organizacional.

4 REGIME LETIVO

Quadro 4 - Regime Letivo

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar – IFRR - <i>Campus</i> Boa Vista	
Número Total de Vagas Anuais	35
Número de Turmas	1
Carga Horária Total de Componentes Curriculares Obrigatórios (horas)	2.500 horas
Carga Horária Total do Curso (em horas-relógio)	2.500 horas
Período Letivo	Semestral
Tempo Mínimo de Integralização do Curso	6 Semestres
Tempo Máximo de Integralização do Curso	9 Semestres
Distribuição dos Componentes Curriculares que integram a Matriz Curricular do Curso	6 Semestres

Fonte: Comissão de Reformulação (2025)

5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

5.1 Requisitos e formas de acesso

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do *Campus* Boa Vista é destinado aos candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente. O acesso de ingressantes ao curso dar-se-á por processo seletivo interno, por meio de edital específico, que estabelecerá os critérios, número de vagas e as formas sendo elas - vestibular ou do Sistema de Seleção Unificado (SISU) que são regidos por edital. O ingresso no Instituto Federal de Roraima (IFRR) por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) é regido pelas normas do Ministério da Educação (MEC) e pelos editais específicos publicados pelo próprio IFRR a cada processo seletivo. Ademais, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFRR - *Campus* Boa Vista tem outras possibilidades de ingresso, conforme preconizado na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, a saber: transferência interna por reopção de curso; transferência externa de outras instituições devidamente credenciadas pelo MEC; portador de diploma de cursos superiores de graduação em áreas afins.

No caso de admissão via reingresso, transferências e portador de diploma, a concessão ficará condicionada à disponibilidade de vagas e aos critérios definidos em edital próprio. Tais vagas serão computadas a partir das que forem liberadas por evasão, transferência para outra instituição, transferência interna, reopção de curso e cancelamento de matrícula.

5.2 Requisitos de mobilidade acadêmica

O acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar poderá envolver-se em ações de Mobilidade Acadêmica fomentada pela Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) do Instituto Federal de Roraima (IFRR), vinculada ao Gabinete da Reitoria, que é o órgão responsável pela definição, planejamento, execução, acompanhamento, registro e avaliação das ações de mobilidade acadêmica e estudantil no âmbito do IFRR, tanto nacional quanto internacional.

A Mobilidade Acadêmica no âmbito do IFRR é o processo que possibilita ao estudante regularmente matriculado desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em outra Instituição de Ensino Superior. Tal Mobilidade Acadêmica no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFRR se pauta na Resolução nº 157 do CONSELHO SUPERIOR.

Os requisitos para a mobilidade acadêmica no IFRR são estabelecidos nas resoluções internas (como a Resolução nº 157/2014 e a Resolução nº 748/2023 do CONSUP/IFRR) e detalhados nos editais específicos de cada programa.

6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Os egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFRR - *Campus* Boa Vista estão habilitados a atuar como tecnólogos com amplo conhecimento técnico e científico, capazes de atuar de forma ética e eficaz no planejamento, organização e gerenciamento dos processos de trabalho em gestão de saúde em instituições saúde da rede de ensino pública e privada, conforme preconiza o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST. Assim, o perfil deste profissional deverá incluir os conhecimentos e saberes que envolvem:

- Gerenciar processos de trabalho, sistemas de informação, recursos humanos, recursos materiais e financeiros em saúde;
- Gerenciar a qualidade dos serviços e os indicadores de desempenho na gestão de organizações de saúde;
- Desenvolver programas de ampliação e avaliação de tecnologias em saúde;
- Vistoriar, avaliar e elaborar parecer técnico em sua área de formação.

6.1 Área de atuação do Egresso

O Tecnólogo em Gestão Hospitalar, cujas atividades são definidas pela legislação vigente, poderá atuar em diversos setores, como:

- Clínicas, hospitais, laboratórios, serviços de diagnóstico e outras empresas prestadoras de serviços em saúde;
- Empresas de serviços de apoio e logística hospitalar;
- Empresas operadoras de serviços de saúde e cooperativas de saúde;
- Empresas que comercializam insumos médico-hospitalares;
- Institutos e centros de pesquisa;
- Instituições de ensino, mediante a formação exigida pela legislação vigente.

Para atuação profissional é necessário registro no Conselho Regional de Administração, conforme prevê a RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA Nº 649, DE 28 DE MAIO DE 2024, que trata do Regulamento de registro no Sistema CFA/CRAs dos egressos de Cursos Superiores de Tecnologia conexos à Administração.

6.2 Acompanhamento do Egresso

De acordo com o disposto no PDI/PPI (2024-2028), o IFRR tem como ações e metas desenvolver um sistema de acompanhamento de egressos por meio da interlocução com os setores responsáveis (Pró-Reitorias, Diretorias ou Coordenações) pelas relações interinstitucionais visando os seguintes objetivos:

- Cadastrar os egressos do IFRR de modo a mantê-los informados sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidos pela instituição por meio do portal dos egressos;
- Promover encontros periódicos para a avaliação e a adequação dos currículos dos cursos, por intermédio das instituições e organizações sociais, especialmente dos ex-alunos;
- Possibilitar as condições de avaliação de desempenho dos egressos em seus postos de trabalho, conforme prevê a Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, que dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egresso (PAE);
- Ter indicadores para a avaliação contínua dos métodos e técnicas didáticas e dos conteúdos empregados pela instituição no processo de ensino-aprendizagem;
- Disponibilizar aos formandos as oportunidades de emprego encaminhadas à instituição por empresas e agências de recrutamento e seleção de pessoal;
- Promover atividades festivas, artísticas, culturais e esportivas que visem à integração dos egressos com a comunidade interna;
- Promover o intercâmbio entre ex-alunos;
- Identificar nas empresas, organizações e instituições de ensino os seus critérios de seleção e contratação;
- Incentivar a leitura de bibliografia especializada disponível nas bibliotecas;
- Ademais, o IFRR pretende identificar, por meio do portal de egressos, as dificuldades encontradas por eles no mundo do trabalho, bem como informações pertinentes, a fim de contribuir para a formação ampla de profissionais cada vez mais capacitados para interpretar e atuar com competência na realidade produtiva.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar observa as determinações legais presentes no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), na Resolução CNE/CP nº 1/2021, nas diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR e na Lei nº 9.394/1996.

Organizado em componentes curriculares, distribuídos em três anos, com uma carga horária mínima obrigatória de 2.500 horas de aulas presenciais distribuídas por seis semestres, o curso segue as orientações da Organização Didática do IFRR (2023), em especial, o § 6º do Art. 265, § 5º do Art. 267, Art. 271, Art. 272 e Art. 280, não prevendo a oferta de carga horária a distância em sua matriz curricular. O período noturno é composto por 4 aulas diárias - com a hora-aula equivalendo a 60 minutos.

A distribuição dos componentes curriculares e da carga horária possibilita ao estudante aulas vagas durante a semana, abrindo espaço para realização de palestras com profissionais do mercado, cursos extracurriculares, plantões de dúvidas e visitas técnicas. As atividades acadêmicas serão compatíveis com o perfil do egresso do curso.

O currículo proposto está pensado na perspectiva da integração entre formação profissional e integral do estudante. Para que essa integração possa ser efetivada, é necessário o desenvolvimento científico discutido com estudantes, como construção humana e a contextualização do conhecimento, da ciência e da técnica no âmbito global e local. Assim, para o desenvolvimento das competências necessárias à formação, será considerada a relação entre a teoria e a prática. Além disso, o enriquecimento de conhecimentos dar-se-á, também, por meio de visitas técnicas e participação em feiras, congressos e outros eventos relacionados à área.

O currículo deve oportunizar aos estudantes a aquisição das competências e habilidades previstas no perfil profissional, como também o desenvolvimento de valores éticos, morais, culturais, sociais e políticos. Nessa perspectiva, será desenvolvido por meio de diferentes procedimentos didáticos pedagógicos, tais como: atividades teóricas, atividades práticas, projetos, utilização de laboratórios, estudos dirigidos na biblioteca e nas visitas técnicas, objetivando o diálogo constante com os estudantes, a troca e o fortalecimento de experiências.

As atividades didático-pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar serão previstas nos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, com objetivo de organizar a relação teoria e prática, a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes, por meio de aulas regulares; atividades práticas e visitas técnicas; atividades e/ou eventos (palestras, seminários, minicursos, oficinas, painéis, apresentações de trabalhos em feiras, exposições e outros) de cunho científico, cultural, social e esportivo.

7.1 Matriz Curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar está organizado com base em sólidos conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos, com carga horária total de 2.500 horas, conforme especifica o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) e a Resolução CNE/CP nº 1/2021.

Importante destacar que esse quantitativo busca atender as especificidades relacionadas à realidade da localidade em que está instalado o *campus* e ao seu horário limite de funcionamento. Desse modo, a carga horária de cada componente curricular será distribuída em horas-aula de 60 minutos cada, como demonstra o Quadro 5, a seguir, de modo a permitir sua distribuição em um tempo didaticamente aproveitável pelos estudantes, sem prejuízo da carga horária mínima, conforme estabelecido no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) e na Resolução CNE/CP nº 1/2021.

Segundo preconiza a Resolução CONSUP/IFRR nº 881, de 27 de janeiro de 2026, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, fazendo, portanto, parte da matriz curricular desses cursos. Diante disso, o percentual de carga horária destinado à curricularização da extensão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar será de 250 horas, o que corresponde a 10% de sua carga horária total. Abaixo, é apresentada a Estrutura Curricular do mesmo curso:

Quadro 5 - Matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar

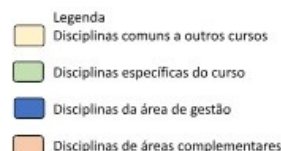
MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR								
SEM.	Código	Componentes Curriculares	Código de equivalência	CH	CH	CH - EaD	CH Extensão	CH Total
				(Hora relógio - 60 min)	(Hora-aula - min)			
1º		Português Instrumental	PI	60	-	-	-	60
		Metodologia da Pesquisa Científica	MPC	40	-	-	-	40
		Fundamentos de Administração	NBA	40	-		-	40
		Desenvolvimento Interpessoal Aplicado à Gestão Hospitalar	DIA	60	-	-	-	60
		Políticas Públicas de Saúde 1	PSP	40	-	-	-	40
		Informática Básica	-	40	-	-	-	40
		Matemática Financeira	MF	60	-	-	-	60
Total				340				340
2º		Biossegurança	BIOS	40	-	-	-	40
		Estatística	EST	60	-	-	-	60
		Epidemiologia Aplicada aos Serviços de Saúde	EASS	60	-	-	-	60
		Políticas de Saúde Pública 2	PSP	60	-	-	-	60
		Teoria Geral da Administração	NBA	60	-	-	-	60
		Técnicas de Planejamento em Serviços de Saúde	TPS	60	-	-	-	60
		Inglês Instrumental	II	40	-	-	-	40
Total				380				380
3º		Gestão de Pessoas	GP	60	-	-	-	60
		Contabilidade	CONT	60	-		-	60
		Comportamento Organizacional	PO	40	-	-	-	40
		Gestão Estratégica de Marketing para o Sistema de	PMKT	60	-	-	-	60

		Saúde						
		Empreendedorismo e Inovação	EMP	60	-	-	-	60
		Fundamento de Planejamento Estratégico	FPE	40	-	-	-	60
		Qualidade dos Serviços em Saúde	QSS	40	-	-	-	40
		Espanhol com Fins Específicos	EFE	40	-	-	-	40
Total				420				420
4º		Avaliação e Auditorias em Sistemas de Saúde	AASS	60	-		-	60
		Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	GRMP	60	-	-	-	60
		Hotelaria Hospitalar	HH	40	-	-	-	40
		Arquitetura Hospitalar	AH	60	-	-	-	60
		Gestão Financeira e Orçamento	GFO	60	-	-	-	60
		Legislação Aplicada	LA	60	-	-	-	60
		Curricularização da extensão I	-	100	-	-	85	100
Total				440			85	440
5º		Inclusão Social e Acessibilidade	EEPI	40	-	-	-	40
		Bioética	BIOE	40	-	-	-	40
		Organização e Documentação Hospitalar	ODH	60	-	-	-	60
		Logística de Serviços Hospitalares	LDH	60	-	-	-	60
		Sistemas de Informação	SI	40	-	-	-	40
		Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS	LBS	40	-	-	-	40
		Faturamento Hospitalar	-	60	-	-	-	60
		Curricularização da extensão II	-	120	-	-	85	120
Total				460			85	460
6º		Tecnologia de Equipamento Hospitalar	TEH	40	-	-	-	40
		Gestão de Planos de Saúde	GPS	40	-	-	-	40
		Gestão de Serviços Laboratoriais e Farmacêuticos	GSFH/GPS	40	-	-	-	40
		Gestão de Serviços de Nutrição Hospitalar	GSNH	60	-	-	-	60
		Gestão de Contratos e Convênios	-	60	-	-	-	60
		Curricularização da extensão III	-	120			80	120
		Estágio Supervisionado	ES	100	-	-	-	100
Total				460			80	460
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA TOTAL DO CURSO				2500	-	-	250	2500

Fonte: Comissão de Reformulação (2025)

7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo

Figura 1 - Representação Gráfica do Processo Formativo



Cód.		Componente Curricular				
PI		Português Instrumental				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
50	10	-	-	60	60	1º
Ementa						
Comunicação, linguagem e língua. Tipos, níveis e funções da linguagem. Compreensão e interpretação textual. Estratégias de leitura. Produção textual, com foco nos gêneros acadêmicos, como resumo, resenha e ensaio científico. Mecanismos de coesão e coerência textual. Atualização gramatical.						
Bibliografia Básica						
FAULSTICH, Enilde Leite de Jesus. Como ler, entender e redigir um texto. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. KOCH, Ingedore Villaça; Elias, Vanda Maria. Ler e Compreender os sentidos dos textos. São Paulo: Contexto, 2007. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos.						

Planejar gêneros acadêmicos. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antonio.

Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico:** o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2006.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textual.** 9. ed. São Paulo: Ática, 2006. SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Cód.		Componente Curricular				
MPC		Metodologia da pesquisa científica				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30	10	-	-	40	40	1º
Ementa						
Ciência e Conhecimento. Métodos Científicos. Pesquisa Científica. Projeto de Pesquisa. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).						
Bibliografia Básica						
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: 2025 – Informação e Documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2025.						
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: 2023 – Informação e Documentação – Citações em Documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2023.						
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: 2024 – Informação e Documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2024.						
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: 2025 - Informação e documentação - Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2025.						
Bibliografia Complementar						
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. [3.reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2019. 173 p.						
MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. 3 reimp. São Paulo: Atlas, 2018.						
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2019. 346 p.						
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. 2.reimpr. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.						
THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. Métodos de Pesquisa em Atividade Física. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.						

Cód.	Componente Curricular
------	-----------------------

FA		Fundamentos de Administração				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30	10	-	-	40	40	1º
Ementa						
Organizações e Administração: Características da Organização; Funções Organizacionais; Eficiência, eficácia e efetividade; Habilidades do Administrador; O Processo Administrativo: planejamento, organização, direção e controle; Administração hospitalar: introdução e aspectos gerais; A complexidade da gestão em saúde e seus desafios.						
Bibliografia Básica						
BURMESTER, Haino. Manual de gestão hospitalar . Rio de Janeiro: FGV, 2020.						
CHIAVENATO, Idalberto. Fundamentos da administração : os pilares da gestão no planejamento, organização, direção e controle das organizações para incrementar a competitividade e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021.						
SILVA, Reinaldo Oliveira. Teorias da Administração . 3. ed. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2013.						
Bibliografia Complementar						
ANDRÉ, Adriana Maria. Gestão estratégica de clínicas e hospitais . 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2014. Ebook. ISBN 978-85-388-0595-3						
BORBA, Valdir Ribeiro. Do planejamento ao controle de gestão hospitalar : instrumento para o desenvolvimento empresarial e técnico. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.						
MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração para empreendedores : fundamentos da criação e gestão de novos negócios. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.						
SOBRAL, Felipe. ALKETA, Peci. Administração : teoria e prática no contexto brasileiro. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.						
SOBRAL, Felipe. ALKETA, Peci. Fundamentos da Administração . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Ebook. ISBN: 978-85-64574-33-5.						

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lúcia Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 2003.

CURY, Augusto. **O Código da inteligência**: a formação de mentes brilhantes e a busca pela excelência emocional e profissional. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Stress e trabalho**: uma abordagem psicossomática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MOSCOVITI, Fela. **Desenvolvimento Interpessoal**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas Organizações**. São Paulo: Saraiva, 2003.

Bibliografia Complementar

BERLIN, Isaiha. **Estudos sobre a humanidade**: uma antologia de ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAIRO, Jim. **Motivação e definição de metas**: como definir e alcançar metas e inspirar outros. 12. ed. São Paulo: Sextante, 2004.

MARTINS, Maria Helena Pires. **Eu e os outros**: as regras da convivência. São Paulo: Moderna, 2001.

MAGRETTA, Joan. **O que é gerenciar e administrar**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

LOHNE, Alf. **O amanhã começa hoje**: sugestões para uma vida de sucesso. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2008.

KANAANE, Roberto. **Comportamento Humano nas Organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Cód.		Componente Curricular				
PPS1		Política Pública de Saúde 1				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40	-	-	-	40	40	1º
Ementa						
Aspectos das políticas de Saúde Pública no Brasil e no Mundo; O processo histórico da promoção e assistência à saúde no Brasil: Do Brasil Colônia à Reforma Sanitária, 8ª Conferência Nacional de Saúde, NOB, NOAS, Pacto pela Saúde 2006, introdução às bases legais do SUS.						
Bibliografia Básica						
BERTOLLI FILHO, Cláudio. História da Saúde pública no Brasil . 4 ed. São Paulo: Ática, 2008.						
GIOVANELLA, Lígia et al (org.). Políticas e sistema de saúde no Brasil . 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. E-book.						
XAVIER, Alexandra Bonifacio. As Cartas Das Conferências Internacionais Sobre Promoção Da Saúde : uma análise das tendências ídeo-políticas. Anais- 7º seminário da frente nacional contra a privatização da saúde: saúde em tempos de retrocessos e retiradas de direitos. Alagoas: 2017.						
Bibliografia Complementar						
AGUIAR, Raymunda Viana. Processos de saúde/ Doença						

CAMPOS, G. W. de S. **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2006.

Cód.	Componente Curricular					
IB	Informática Básica					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20	20	-	-	40	40	1º
Ementa						
Fundamentos de microinformática. Estrutura e funcionamento do computador (hardware e software). Sistemas operacionais com ênfase no Microsoft Windows: organização de arquivos, segurança da informação e uso de utilitários. Conceitos de internet e comunicação de dados. Pesquisas e busca qualificada de informações em bases de dados. Administração de e-mails corporativos e boas práticas de comunicação institucional. Aplicativos de escritório (LibreOffice ou Microsoft Office): editor de textos para documentos oficiais, planilhas eletrônicas para controle de indicadores e custos, e editor de apresentações para relatórios gerenciais.						
Bibliografia Básica						
BARRIVIERA, Rodolfo; OLIVEIRA, Eder Diego de. Introdução à informática . 2. ed. Curitiba: Livro Técnico, 2017. 152 p.						
CAPRON, H. L.; Johnson, J. A. Introdução à Informática . 8. ed. Editora Pearson.						
CARVALHO, André Ponce de Leon F. de; LORENA, Ana Carolina. Introdução à computação: hardware, software e dados . Rio de Janeiro: LTC, 2017. xiv, 182 p.						
NORTON, Peter. Introdução à informática . São Paulo: Pearson Makron Books, 2011. 619 p.						
Bibliografia Complementar						
GREGÓRIO, José de Lliano; ADEIÁN, Matiella. A informática educativa na Escola . São Paulo: Editora Loyola, 2006.						
SILVA, M. G. Informática: terminologia básica . Rio de Janeiro: Editora Érica.						

2008.

SILVA, Mário Gomes. **Informática: Tecnologia básica: Windows XP: Word XP**. São Paulo: Editora Érica, 2002.

ORTIZ, Eduardo Bellincanta. VPN: Virtual Private Network: **Implementando Soluções com Windows 2000 Server**. São Paulo: Érica, 2002.

TORRES, G. **Hardware**: curso completo. 4. ed. Axcel Books, 2001.

Cód.	Componente Curricular					
MF	Matemática Financeira					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
54	6	-	-	60	60	1º
Ementa						
Estudo dos fundamentos da matemática financeira e de sua aplicação à gestão de instituições hospitalares. Abordagem dos conceitos de razão, proporção, regra de três simples e composta, juros simples e compostos, descontos e sistemas de amortização. Ênfase no uso de ferramentas matemáticas e financeiras para a tomada de decisões na administração hospitalar. Utilização de calculadoras financeiras e de planilhas eletrônicas como apoio ao desenvolvimento das competências analítico-financeiras dos gestores hospitalares.						
Bibliografia Básica						
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 448p. ISBN 9788522442843.						
MARTINS, Domingos. Administração financeira hospitalar . São Paulo: Atlas, 2005. 250 p. ISBN 8522440212 (broch.).						
PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira : objetiva e aplicada. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 410 p. ISBN 850204253x.						
Bibliografia Complementar						
BUIAR, Celso Luiz. Matemática financeira . Curitiba: Livro Técnico, 2010.						
CASTANHEIRA, Nelson Pereira; MACEDO, Luiz Roberto Dias de. Matemática financeira aplicada . Curitiba: Intersaberes, 2013. 275 p. ISBN 9788582120026.						
CRESPO, Antônio A. Matemática Comercial e Financeira Fácil . São Paulo: Saraiva, 2002.						
FARIA, Rogério Gomes de. Matemática Comercial e Financeira . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.						
FARIA, Rogério Gomes de. Matemática comercial e financeira : com exercícios e cálculos em Excel e HP-12C. São Paulo: Ática, 2007.						
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira : juros, capitalização simples e composta, sistemas de amortização Price e Sac, títulos públicos LTN, NTN e LFT,taxas Selic e CDI, utilização de calculadoras financeiras. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2020 xv, 352 p. ISBN 9788597014112.						

7.3.2. Segundo Semestre

--	--

Cód.	Componente Curricular					
BIOS	Biossegurança					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30	10	-	-	40	40	2º

Ementa

Conceitos e fundamentos de biossegurança, atribuições de um departamento de biossegurança. Segurança no ambiente hospitalar. Atitudes profissionais para gerenciamento de segurança. Normas Regulamentadoras (NRs) Responsabilidades legais. Higiene hospitalar, normas, procedimentos, rotinas. Comissões de controle de infecção hospitalar e legislação nacional e internacional de biossegurança. Riscos ambientais. Riscos no ambiente hospitalar: percepção de risco, tipos de risco (biológicos, químicos, radioativos, associados a processos biotecnológicos) e construção de mapas de risco. Procedimentos de limpeza, desinfecção e esterilização. Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde: tratamento, acondicionamento e descarte. Comissões Hospitalares: CCIH – Comissão de Controle e de Infecção Hospitalar.

Bibliografia Básica

CAMPOS, Armando. **CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes**. 6. ed. São Paulo: Senac, 2003.

FELDMAN, Liliane Bauer. **Gestão de Risco e Segurança Hospitalar**. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2009.

OLIVEIRA, Adriane Cristina. **Infecções Hospitalares: Epidemiologia, Prevenção e Controle**. Rio de Janeiro: Medsi, 2005.

VIEIRA, Sebastião Ivone. **Manual de Saúde e Segurança do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2008.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde ambiental e gestão de resíduos de serviços de saúde**. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. **Exposição Ocupacional a Material Biológico: Hepatite e HIV**. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Brasília, 2006.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Segurança do paciente em serviço de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies**/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2616, de 12/05/98. Dispõe sobre diretrizes e normas para a prevenção e o controle das infecções hospitalares. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.

CORINGA, Josias do Espírito Santo. **Biossegurança**. Curitiba: Livro Técnico, 2010.

PIZA, Fábio de Toledo. **Segurança e Saúde no trabalho**. 2. vol. São Caetano do Sul, SP, 2016.

Cód.	Componente Curricular					
EST	Estatística					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40	20	-	-	60	60	2º

Ementa

Conceitos básicos de estatística: Origem da estatística. A importância do uso da estatística como ferramenta de gestão. Definição de estatística. Fenômeno

coletivo ou de massa. A ciência estatística. População. Amostra. Censo. Amostragem. Parâmetros. Etapas da estatística descritiva ou dedutiva. Estatística inferencial ou indutiva. Estatística probabilística. Dados estatísticos – dados brutos e rol. Variáveis qualitativas e quantitativas e seus tipos. Noções de amostragem: reconhecimento da amostragem e de sua importância na estatística. Classificação da amostragem probabilística e não probabilística. Tamanho de amostras. Fases do método estatístico – do planejamento à coleta de dados. Conceito de método estatístico. Descrição das fases do método estatístico. Fases do método estatístico – da crítica à comunicação dos resultados: crítica, apuração e análise de dados. Séries estatísticas: Classificação. Distribuição de frequência. Gráficos estatísticos para representar a distribuição das variáveis qualitativas e quantitativas. Separatrizes – medidas de posição: Classificação – quartis; decis e percentis. Medidas de tendência central e suas aplicações. Medidas de dispersão e suas aplicações. Medidas da forma de uma distribuição: assimetria e curtose: Tipos de assimetria. Coeficientes de assimetria de Pearson. Cálculo da assimetria e da curtose e suas aplicações.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Dalva Regina Ribeiro. **Estatística aplicada ao turismo e hotelaria**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CALLEGARI-JACQUES, Sidia M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CRESPO, Antonio Arnot. **Estatística fácil**. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

FONSECA, Jairo Simon de; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2006.

Bibliografia Complementar

BOLFARINE, Heleno. **Elementos de amostragem**. São Paulo: E. Blücher, 2005.

DOWNING, Douglas. **Estatística aplicada**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FONSECA, Jairo Simon da. **Estatística Aplicada**. 2. ed. 17. reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

KIRSTEN, José Tiaci. **Estatística aplicada às ciências humanas e ao turismo**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Princípios de estatística: 900 exercícios resolvidos e propostos**. 4. ed. e 13. reimp. São Paulo: Atlas, 2010 e 2012.

OLIVEIRA, Magno Alves de. **Probabilidade e estatística: um curso introdutório**. Brasília: IFB, 2011.

Cód.		Componente Curricular				
EPI		Epidemiologia Aplicada aos Serviços de Saúde				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40	20	-	-	60	60	2º

Ementa

Introdução à epidemiologia – definição, conceitos básicos, aspectos históricos, o raciocínio epidemiológico. Epidemiologia: Geral e Regional. Noções de fisiopatologia das doenças transmissíveis prevalentes na região, de focos de contaminação, de vias de transmissão, de prevenção, de controle e de tratamento dessas doenças. Indicadores epidemiológicos: morbidade e mortalidade. Modelos de estudos epidemiológicos: observacionais e experimentais. Indicadores de Saúde; Perfil Epidemiológico da População; Vigilância em Saúde. Vigilância epidemiológica. Transição epidemiológica. Medidas preventivas e sua aplicação. Uso da epidemiologia no planejamento das ações em saúde. Ações da Vigilância Sanitária em relação a produtos

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 05/01/2026.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, 2010, p. 2297-2305.

Cód.	Componente Curricular					
TGA	Teoria Geral da Administração					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
50	10	-	-	60	60	2º
Ementa						
A evolução do pensamento administrativo e as contribuições dos povos antigos para a administração. Administração Científica. Teoria Clássica. Teoria da Burocracia. Perspectiva Humanística: Teoria das Relações Humanas e Teoria Comportamental. Perspectiva moderna: Teoria dos Sistemas, Teoria das contingências. Desenvolvimento Organizacional e Administração por Objetivos; Perspectiva Contemporânea.						
Bibliografia Básica						
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração . 4. ed. compacta. Barueri, SP: Manole, 2014. 529 p. ISBN 9788520436981.						
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. xiii, 333 p. ISBN 9788522466221.						
SILVA, Reinaldo O. Teorias da administração . 2. ed. Editora Pearson 504, 2013. ISBN 9788581431857.						
Bibliografia Complementar						
BERNARDES, Cyro. Teoria geral da administração: gerenciando organizações . São Paulo: Saraiva, 2003.						
BORBA, Valdir Ribeiro. Do planejamento ao controle de gestão hospitalar: instrumento para o desenvolvimento empresarial e técnico . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.						
FONSECA, Valéria Silva da. Introdução à teoria geral da administração . São Paulo, SP: Contentus, 2020. Ebook. 126 p. ISBN 9786557452189.						
JACOBSEN, Alessandra de L. NETO, Luís M. Teorias da administração II . Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES. UAB, 2009. Disponível em: https://canal.cecierj.edu.br/recurso/13830 . Acesso em 02/01/2026.						
RIBEIRO, Antonio de Lima. Teorias da administração . São Paulo: Saraiva, 2003.						

Cód.	Componente Curricular					
TPSS	Técnicas de Planejamento em Serviços de Saúde					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
50	10	-	-	60	60	2º
Ementa						
Planejamento em Saúde: evolução histórica, conceitos, características, componentes do processo e aspectos legais no âmbito do SUS. Momentos do Planejamento: Explicativo, Normativo, Estratégico e Tático Operacional. Indicadores e parâmetros para planejamento da capacidade instalada de unidades de saúde; Planejamento e Desempenho Organizacional. Instrumentos de organização e métodos.						
Bibliografia Básica						
BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de planejamento no SUS . Rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 138 p.: il. – (Série Articulação Interfederativa; v. 4). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/articulacao_interfederativa_v4_manual_planejamento_atual.pdf . Acesso em: 01/01/2026.						
BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Gestão do SUS . Brasília, DF: CONASS, 2015. Disponível em: https://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/A-GESTAO-DO-SUS.pdf . Acesso em: 02/02/2026.						
TANCREDI, F.B; BARRIOS, R.L; FERREIRA, J.H.G. Planejamento em Saúde. Série Saúde e Cidadania . v.2. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: http://colecoes.sibi.usp.br/fsp/items/show/2378#c=0&m=0&s=0&cv=0 .						
Bibliografia Complementar						
BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Coleção "Para Entender a Gestão do SUS" . Brasília, DF: CONASS, 2011/2015. Disponível em: https://www.conass.org.br/biblioteca/ . Acesso em: 02/02/2026.						
MALAGÓN-LONDONO, Gustavo; MORERA, Galán; LAVERDE, Pontón. Administração Hospitalar . Rio Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.						
MOYSES FILHO, Jamil; KESTELMAN, Helio Nahmen; JUNIOR, Luís Carlos Becker; TORRES, Maria Candida Sotelino. Planejamento e gestão estratégica em organizações de saúde . Rio de Janeiro: FGV, 2010.						
RIVERA, Francisco Javier Uribe; ARTMANN, Elizabeth. Planejamento e Gestão em Saúde: conceitos, história e propostas . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. 2. reimp: 2019.						
TAJRA, Sanmya Feitosa; SANTOS, Samanda Antunes dos. Um enfoque prático das principais ferramentas de organização e de qualidade para as empresas na área da saúde . São Paulo: Cedas Loyola, 2005.						

Cód.	Componente Curricular					
II	Inglês Instrumental					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
35	5	-	-	40	40	2º
Ementa						
Falsos cognatos; Palavras transparentes; Marcas tipográficas;						
Grupos nominais; Tempos Verbais; Análise Textual Interpretativa e gramatical, vocabulário da área específica; Conectores Afijos; Formas de ing.						
Bibliografia Básica						
MUNHOZ, R. Inglês Instrumental : estratégias de leitura, módulo I. São Paulo: Textonovo, 2000.						
MUNHOZ, R. Inglês Instrumental : estratégias de leitura, módulo 2. São						

OLIVEIRA, S. R. de F. **Para ler e entender:** inglês instrumental. Brasília: Independente, 2004.

AMOS, E., PRESCHER, E. **Simplified Grammar Book**. São Paulo: Moderna, 2001.

GUANDALINI, E. O. **Técnicas de Leitura em Inglês: ESP – English for Specific Purpose**. Estágio 2. São Paulo: Textonovo, 2002.

MARQUES, Amadeu. **Inglês:** edição compacta, volume único. São Paulo: Ática, 2002.

MURPHY, R. **English Grammar in use**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

Cód.	Componente Curricular °					
GP	Gestão de Pessoas					
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total	Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
40	20			60	60	3
Ementa						
O gestor de pessoas: perfil, habilidades e papéis. Planejamento estratégico de recursos humanos. Recrutamento, seleção, admissão e integração. Desligamento. Desenho, descrição e análise de cargos. Remuneração e benefícios. Avaliação do desempenho humano. Treinamento e desenvolvimento de pessoas. Qualidade de vida no trabalho, o papel do gestor. Segurança e salubridade na organização. Gestão de pessoas por competências. Cenários futuros da gestão de pessoas.						
Bibliografia Básica						
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações . 4. ed. 3. reimpr. São Paulo: Manole, 2015. 494 p. ISBN 9788520437612 (broch.)						
FINAMOR, Ana Ligia Nunes. Gestão de pessoas em saúde . Rio de Janeiro: FGV, 2010.						
PEREIRA, Maria Célia Bastos. RH essencial: gestão estratégica de pessoas e competências . 2.tir. São Paulo: Saraiva, 2017. 394p. ISBN 9788502229730 (broch.).						
Bibliografia Complementar						
ALMEIDA, Aírton Vieira de (org.). Planejamento estratégico em RH . São Paulo, SP: Pearson, 2015. E-book. ISBN 9788543012155.						
CAMPOS, Sarah Campos. Gestão de Pessoas . Fortaleza: UAB/IFCE, 2009. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/429526 . Acesso em: 02/02/2026.						
MENDES, Luiz Cláudio Sampaio. Gestão de pessoas em organizações hospitalares . São Paulo: Contentus, 2020. E-book. ISBN 9786557452103.						
PACHECO, Luzia. Capacitação e desenvolvimento de pessoas . 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.						
PONTELO, Juliana; CRUZ, Lucineide. Gestão de pessoas: manual de rotinas trabalhistas . 3. ed. Brasília: Senac, 2010.						

Cód.	Componente Curricular					
CO	Comportamento Organizacional					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20	20	-	-	40	40	3°
Ementa						

Fundamentos de comportamento humano no trabalho. As bases conceituais do comportamento micro-organizacional: cognição social, percepção social, teoria das atribuições, atitudes, e sua aplicação no contexto organizacional. Dimensões individual e interpessoal: personalidade, percepção e atribuição; valores e atitudes; emoções e afetos; teorias da motivação; vínculos com a organização; teorias da liderança e relações de poder. Dimensões grupal e organizacional: grupos e equipes de trabalho; redes sociais informais; aprendizagem nas organizações; cultura organizacional. Desempenho de papéis. Transtornos mentais relacionados ao trabalho. Saúde mental ocupacional. Norma Regulamentadora NR-1, que trata das disposições gerais para o gerenciamento de riscos ocupacionais. Qualidade de vida no trabalho.

Bibliografia Básica

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração**: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 01 – disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-01-atualizada-2025-i.pdf>. Acesso em: 02/02/2026.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. ampl. 11. reimp. São Paulo: Cortez: OBORÉ, 2008.

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para administradores**: integrando teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 12. ed, São Paulo: Pearson - Prentice Hall, 2012.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas Organizações**. São Paulo: Saraiva, 2003.

Bibliografia Complementar

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto; CHIATTONE, Heloisa Benevides de Carvalho; NICOLETTI, Êdela Aparecida. **O doente, a psicologia e o hospital**. 3. ed., atual. São Paulo: Cengage Learning, 1996.

CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Atuando em psicologia do trabalho, psicologia organizacional e recursos humanos**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HERSEY, Paul. **Psicologia para administradores**: a teoria e as técnicas da liderança situacional. São Paulo: EPU, 2004.

JESUS, Fernando de. **Psicologia clínico-organizacional**: estratégia competitiva para o século XXI. Goiânia- GO: AB, 2002.

PICKERING, Peg. **Como administrar conflitos**: transforme todos os conflitos em resultados onde todos ganham. 1. ed. rev. São Paulo: Amadio, 2000.

Cód.	Componente Curricular					
GESMKS	Gestão Estratégica de Marketing para o Sistema de Saúde					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
35	25	-	-	60	60	3º
Ementa						
Marketing: Fundamentos e o processo de administração de marketing – conceito de marketing; distinção entre os conceitos de propaganda, venda e marketing; como pensa o profissional de marketing, percebendo a diferença de visão entre o consumidor e o empresário; o marketing e o sistema de saúde; o marketing no mundo moderno; o cenário para o sistema de saúde; análise do ambiente de marketing; públicos condicionadores. Desenvolvimento de estratégias e planos de marketing para o sistema de saúde. Captação de oportunidades de marketing no sistema de saúde – coleta de informações, previsão de demanda e condução de pesquisa de marketing. Conexão com os clientes – criação de relacionamentos, análise de mercados, identificação de segmentos e seleção de mercados-alvo. Posicionamento estratégico da marca e dinâmica competitiva de mercado – importância do posicionamento estratégico da marca e estratégias para a dinâmica competitiva de mercado. Desenvolvimento e gerenciamento de produtos – características e classificação. Gerenciamento de serviços – natureza e excelência dos serviços e gestão da qualidade dos serviços. Desenvolvimento e gerenciamento de preços – mudanças no ambiente de marketing; processo de determinação de preços e de adequação de preços. Desenvolvimento e gerenciamento de canais integrados de marketing – criação de uma rede de valor para o cliente. Desenvolvimento e gerenciamento da comunicação integrada de marketing – o ambiente, as funções, o mix e o processo de gerenciamento. Gerenciamento de comunicação de massa – importância do plano de propaganda e das ferramentas de comunicação de massa. Gerenciamento de comunicações pessoais. Pesquisa de Marketing: Importância da informação para o marketing. Processo e tipos de pesquisa. Projeto de pesquisa explicativa. Tipos, fontes e formas de coleta de dados.						
Bibliografia Básica						
KOTLER, Philip. Administração de marketing . São Paulo: Prentice Hall, 2006.						
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing: conceitos, exercícios e casos . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.						
TEIXEIRA, Ricardo Franco <i>et al.</i> (org.). Marketing em organizações de saúde . Rio de Janeiro: FGV, 2010.						
Bibliografia Complementar						
BERNARDEZ, Gustavo. Marketing para pequenas empresas: dicas para a sobrevivência e crescimento do seu negócio . Blumenau, SP: Nova Letra, 2005.						
KOTLER, Philip; SHALOWITZ, Joel; STEVENS, Robert J. Marketing estratégico para a área da saúde . São Paulo: Bookman, 2008.						
KUAZAQUI, Edmir. Marketing e gestão estratégica de serviços em saúde . São Paulo: Thomson Learning, 2008.						
MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de marketing . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.						
RAMALHO, Jussier. Você é sua melhor marca: como o marketing pessoal pode ser utilizado para fazer a diferença em sua carreira . 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.						

Cód.	Componente Curricular

El	Empreendedorismo e Inovação					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40	20	-	-	60	60	3º
Ementa						
Empreendedorismo. Conceito e importância. Cenários brasileiros. Promotores e incubadoras de empresas. O empreendedor: perfil e motivação. Intraempreendedorismo. O processo empreendedor. Modelos de negócios. Plano de negócio: Conceito, objetivos, tipos e estrutura. Técnicas de pitch. Inovação. Fundamentos da Inovação. Diferenças entre invenção e inovação. Tipos de inovação. Graus de inovação: radical, disruptiva e incremental. Modelos de organizações inovadoras. Ecossistema de inovação. Agências de fomento, financiamento e incentivos à inovação. Fatores fundamentais na gestão da Inovação. Inovação e vantagem competitiva. A cultura da cooperação. Organizações cooperativas e associativas. Empreendimentos coletivos. Associativismo e Cooperativismo na perspectiva da autonomia e da autogestão. Gestão participativa. Princípios do cooperativismo. Ramos de atuação das cooperativas brasileiras. Organizações não governamentais.						
Bibliografia Básica						
BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.						
BIZZOTTO, Carlos Eduardo Negrão. Plano de negócios para empreendimentos inovadores. São Paulo, SP: Atlas, 2008.						
DORNELAS, José Carlos. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Campus, 2015.						
DRUCKER, P. F. Inovação e Espírito Empreendedor: prática e princípios. 2. ed. Editora: Cengage, 2019.						
SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.						
Bibliografia Complementar						
BIAGIO, Luiz Arnaldo; BATOCCHIO, Antonio. Plano de negócios: estratégia para micro e pequenas empresas. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2016.						
BIM, Adriana; FREITAS, Gustavo; USHIKUBO, Rafaela. Plano de negócios com o modelo Canvas: guia prático de avaliação de ideias de negócio a partir de exemplos. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2015.						
CHÉR, Rogério. Empreendedorismo na veia: um aprendizado constante. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2014.						
CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor, empreendedorismo e viabilização de novas empresas, um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.						

CHRISTENSEN, M. C. **O Dilema da Inovação**. São Paulo: M.Books, 2012.

COELHO, Maria Célia Nunes. **Políticas públicas e desenvolvimento local na Amazônia**: uma agenda de debate. Brasília: UFPA/NAEA, 2012.

D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). **O essencial de Celso Furtado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ETZKOWITZ, H., ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade - indústria - governo. **Estudos Avançados**, v. 31(90), p.23-48, 2017.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração para Empreendedores**: fundamentos da criação e gestão de novos negócios. 2. ed. Editora Pearson, 2010.

POSSOLLI, Gabriela Eyng. **Gestão da inovação e do conhecimento**. Curitiba: Ibpx, 2013.

VIEIRA, P. G. L. **Cooperativismo passo a passo**. Curitiba: Editora Juruá, 2014.

Cód.	Componente Curricular						
FPE	Fundamentos de Planejamento Estratégico						
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**		Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total			
20	20	-	-	40	40		3º
Ementa							
Escolas do pensamento estratégico. Elaboração e implementação do planejamento estratégico: Diagnóstico organizacional; Referenciais estratégicos; Análise do ambiente externo e interno; Análise de cenários e tendências. Balanced Scorecard (BSC). Planejamento estratégico na Administração Pública.							
Bibliografia Básica							
MOYSÉS FILHO, Jamil <i>et al.</i> Planejamento e gestão estratégica em organizações de saúde . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.							
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico - conceitos, metodologia e prática. 30. ed. São Paulo. Atlas, 2012.							
SEBRAE. Gestão estratégica orientada para resultados : avaliação e desafios. Brasília, DF: Sebrae, Unidade de Gestão Estratégica, 2006. 101 p. ISBN 8573334088 (broch.).							
Bibliografia Complementar							
ANDRE, Adriana Maria. Gestão estratégica de clínicas e hospitais . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2014. E-book. ISBN 9788538805953.							
NOGUEIRA, Cleber Suckow (org.). Planejamento estratégico . São Paulo, SP: Pearson, 2015. E-book. ISBN 9788543012148.							
ROCHA, Águida Garreth Ferraz (org.). Planejamento e gestão estratégica . 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2018. E-book. ISBN 9788543025759.							
TAJRA, Sanmya Feitosa; SANTOS, Samanda Antunes dos. Gestão estratégica na saúde : reflexões e práticas para uma administração voltada para a excelência. 2. ed. São Paulo: Iátria, 2006. 248 p. ISBN 9788576140375.							
TONI, Jackson di. Reflexões sobre o planejamento estratégico no setor público . Brasília, ENAP,							

Cód.		Componente Curricular				
QSS		Qualidade dos Serviços em Saúde				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30	10	-	-	-	40	3º
Ementa						
A gestão da qualidade nas unidades de saúde e sua importância. Evolução histórica do estudo da qualidade em saúde e sua aplicabilidade nos serviços de saúde; Ferramentas da qualidade na saúde. Normas da Qualidade. Acreditação: Certificação Nacional e Internacional e Novas Tendências. O impacto da acreditação na qualidade assistencial dos serviços de saúde.						
Bibliografia Básica						
COUTO, Renato Camargos; PEDROSA, Tânia Maria Grillo. Hospital: acreditação e gestão em saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. xii, 377 p. ISBN 9788527712729(broch.).						
GONÇALVES, Ernesto Lima (org). Gestão hospitalar: administrando o hospital moderno. São Paulo: Saraiva, 2006.						
RODRIGUES, Marcus Vinicius. Qualidade e acreditação em saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2016. 154p. (Série Gestão em saúde). ISBN 9788522518630.						
Bibliografia Complementar						
D'INNOCENZO M. (coord). Indicadores, auditorias, certificações: ferramentas de qualidade para gestão em saúde. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2010.						
CUSTODIO, Marcos Franqui (org.). Gestão da qualidade e produtividade. São Paulo: Pearson, 2015. E-book. ISBN 9788543010120.						
GAYER, Je'Ssika Alvares Coppi Arruda. Gestão da Qualidade Total e Melhoria Contínua de Processos. Contentus, 2020. 90 p. E-book. ISBN 9786557452059.						
NASCIMENTO, Alexandra Bulgarelli do (org.). Gestão hospitalar e qualidade do atendimento. São Paulo: Pearson, 2017. E-book. ISBN 9788543025469.						
SOUZA, Sandra Maria Lopes de. Acreditação hospitalar. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. ISBN 9786557451144.						

Cód.	Componente Curricular					
EFE	Espanhol com Fins Específicos					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30	10	-	-	40	40	3º
Ementa						
Introdução às estruturas básicas da língua espanhola, por						

Bibliografía Básica

BRUNO, F. A. *et al.* **Hacia al Español** – Curso de Lengua y Cultura Hispánica (Nivel Básico). 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARTIN, Ivan Rodrigues. **Saludos**: curso de lengua española. São Paulo: Ática. 2005.

FANJUL, Adrián. **Gramática de espanhol passo a passo**. São Paulo: Moderna, 2005.

MILANI, Esther Maria. **Gramática de espanhol para brasileiros**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

VIÚDEZ, Francisca Castro. **Aprende gramática y vocabulario**. 8. ed. Madrid: Nueva imprenta, 2012.

Cód.		Componente Curricular				
AASS		Avaliação e Auditorias em Sistemas de Saúde				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
50	10	-	-	60	60	4º
Ementa						
Auditoria nos serviços de saúde públicos e privados: conceito, objeto, finalidade e normas; normas e aspectos relativos à pessoa e à conduta do auditor: independência; conhecimento técnico; capacidade profissional; cautela, zelo profissional e comportamento ético. Normas relativas à execução dos trabalhos: planejamento, avaliação dos controles internos; supervisão dos trabalhos, obtenção de evidências, impropriedades e irregularidades. Histórico, relevância e finalidade do Sistema Nacional de Auditoria (SNA). Tipos de auditoria pública e privada: de avaliação de gestão, de acompanhamento, contábil, operacional e especial. Formas de auditoria: direta, centralizada, descentralizada, inesperada, indireta, compartilhada, terceirizada, simplificada. Planejamento em auditoria, elaboração e condução dos processos; auditoria baseada em evidências. Gestão de						

Bibliografia Básica

BRASIL, Ministério da Saúde. **Auditoria do SUS: orientações básicas.** Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Sistema Nacional de Auditoria. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

GIL, Antonio de Loureiro. **Auditoria operacional e de gestão:** qualidade da auditoria. 5. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2000.

MOTTA, Ana Leticia Carnevalli. **Auditoria de enfermagem nos hospitais e operadoras de planos de saúde.** 2. ed. São Paulo: Látria, 2003.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de normas de Auditoria.** Brasília: Ministério da Saúde, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa nacional de avaliação de serviços de saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CORDEIRO, C. M. R. **Auditoria interna e operacional:** fundamentos, conceitos e aplicações práticas. São Paulo: Atlas, 2013.

D'INNOCENZO, M. **Indicadores, auditorias e certificações:** ferramentas de qualidade para gestão em saúde. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2010.

MENDES, E.V. **As Redes de atenção à saúde.** Escola de saúde pública de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2009.

Cód.	Componente Curricular					
GRMP	Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
44	16	-	-	60	60	4º
Ementa						
Administração dos recursos materiais: conceitos, objetivos e importância; Gestão de compras: setor público e privado; Gestão Patrimonial: conceito, funções, controle patrimonial, manutenção dos bens; Gestão dos estoques: papel, importância, análise de estoques; Armazenamento: tipos de estocagem, técnicas, codificação de materiais e inventário físico.						
Bibliografia Básica						
FRANCISCHINI, Paulino G.; GURGEL, Floriano do Amaral. Administração de materiais e do patrimônio . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2017. 420p. ISBN 9788522112791 (broch.).						
GONÇALVES, Ernesto Lima (Org.). Gestão hospitalar : administrando o hospital moderno. São Paulo: Saraiva, 2006. 327 p. ISBN 9788502058835.						
MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais . 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017. 441 p. ISBN 9788502080232.						
Bibliografia Complementar						
CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Materiais . Rio de Janeiro. Elsevier. 2005.						

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FELINI, Renato Ribeiro. **Gestão de Materiais**. 2. ed. ENAP, 2016.
Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2449/1/Apostila%20-%20Gest%C3%A3o%20de%20Materiais%202016%20%283%29.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2026.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Administração de materiais**. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. ISBN 9788535237153.

ROGANTE, Maria Marilene. **Padronização, qualificação e aquisição de materiais e equipamentos médico-hospitalares**. São Paulo: EPU, 2005.

Cód.		Componente Curricular				
HH		Hotelaria Hospitalar				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
36	4	-	-	40	40	4º

Ementa

Hotelaria convencional e hospitalar. Princípios da hotelaria aplicados à gestão hospitalar. Organização hoteleira versus organização hospitalar. As interfaces entre a hotelaria e os serviços de saúde. Os hospitais públicos e privados no Brasil e no mundo. Vantagens da Hotelaria Hospitalar na Gestão. Hospitalidade e Humanização na Hotelaria Hospitalar: os desafios da mudança. Composição dos serviços: Recepção – Serviço de atendimento ao Cliente/Telefonia; Governança; Manutenção – Lavanderia; Serviço de nutrição e dietética; Enfermagem e hotelaria hospitalar; Parceria inteligente; Cultura e lazer em hospitais; Investimentos em hotelaria hospitalar; Sistema de gestão da qualidade; ONA – Organização Nacional de Acreditação – níveis de acreditação. Implantação de serviços de hotelaria hospitalar.

Bibliografia Básica

BOEGER, M.A. **Gestão em Hotelaria Hospitalar**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GODOI, A. F. **Hotelaria Hospitalar e Humanização no atendimento em hospitais**: pensando e fazendo. São Paulo: Ícone, 2004.

TARABOULSI, F. A. **Administração de Hotelaria Hospitalar**. São Paulo: Atlas, 2004.

Bibliografia Complementar

CASTELLI, Geraldo. **Administração hoteleira**. 8. ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001.

EMPRESA Brasileira de Serviços Hospitalares. **Processos e Práticas**: Hotelaria Hospitalar. 2. ed. rev. ampl. Brasília: EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2018. 35p. E-book. ISBN: 9786580110032. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://intranet.ebserh.gov.br/sites/default/files/produtos-de-conhecimento/2023-05/Caderno%20Hotelaria_EBSEH_A4_v2.pdf. Acesso em: 11 abr. 2026.

MEDLIK, S. **Introdução à hotelaria**: gerenciamento e serviços. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MORAES, Ornélio Dias; CÂNDIDO, Índio Vieira. **Hotelaria Hospitalar**: um novo conceito no atendimento ao cliente da saúde. Rio Grande do Sul: EDUCS, 2004.

PETROCCHI, Mario. **Hotelaria**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 2002.

SENAC. **Saúde e arquitetura**: caminhos para a humanização dos ambientes hospitalares. Rio de Janeiro: SENAC, 2004.

Cód		Componente Curricular				
AH		Arquitetura Hospitalar				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		

YAZIGI, Walid. A Técnica de edificar. 3. ed. São Paulo: Pini, 2000.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Planejamento orçamentário**. 2.

SOUSA, Antonio. **Gerência financeira para micro e pequenas empresas**: um manual simplificado. Rio de Janeiro: Elsevier: SEBRAE, 2007.

Cód.		Componente Curricular				
LA		Legislação Aplicada				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
50	10	-	-	60	60	4º
Ementa						
Introdução ao estudo do direito. Noções gerais do Direito Constitucional: princípios fundamentais constitucionais; a ordem social na Constituição Federal e os direitos humanos. Atos administrativos. Noções de Direito do Trabalho. Regime jurídico do servidor público. Código de Defesa do Consumidor aplicado aos serviços de saúde. Legislação aplicada à saúde: Lei Orgânica da Seguridade Social; Organização e função da ANVISA. Legislação aplicada à saúde suplementar: Lei dos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde; Organização e função da ANS. Código de Ética do Administrador.						
Bibliografia Básica						
BRASIL. Constituição de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em: 02 fev. 2026.						
CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de Direito Constitucional . 3. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2019.						
QUENEHEN, Rômulo. Direito administrativo no setor público . 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. ISBN 9786557451328. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 05 dez. 2024.						
Bibliografia Complementar						
BRASIL. Código de Defesa do Consumidor . Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm . Acesso em: 02 fev. 2026.						
BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho . Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm . Acesso em: 02 fev. 2026.						
BRASIL. Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943 . Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm . Acesso em: 02 fev. 2026.						
BRASIL. Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 . Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9656.htm . Acesso em: 02 fev. 2026.						
BRASIL. Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 . Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm . Acesso em: 02 fev. 2026.						
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Resolução Normativa CFA nº 537, de 22/03/2018 . Aprova o Código de Ética dos Profissionais de Administração. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=358444 . Acesso em: 02 fev. 2026.						

Cód.	Componente Curricular					
CE I	Curricularização da Extensão I					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
15	-	-	85	100	100	4º
Ementa						
Realização de atividades extensionistas pelos estudantes, orientadas à promoção de ações que fomentem a qualidade e a humanização dos serviços de gestão em saúde, por meio de ações junto à comunidade interna e externa. Envolve a identificação de necessidades, o planejamento e a execução de atividades que promovam uma atuação ética, sensível e centrada no usuário, contribuindo para o aprimoramento dos serviços e para a formação responsável e comprometida dos estudantes.						
Bibliografia Básica						
CAVEIÃO, Cristiano; GARCIA, Ivana de França; RODRIGUES, Izabelle Cristina Garcia. Humanização em serviços de saúde . Curitiba: Intersaberes, 2021. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 06 abr. 2026.						
KUNSCH, Margarida Maria Krohling. A comunicação como fator de humanização das organizações . São Caetano do Sul: Difusão, 2019. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br . Acesso em: 06 abr. 2026.						
TARABOULSI, Fadi Antoine. Administração de hotelaria hospitalar: serviços aos clientes, humanização do atendimento, departamentalização, gerenciamento, saúde e turismo, hospitalidade . 2.ed. São Paulo: Atlas, c2003. 190p. ISBN 8522438242 (broch.).						
Bibliografia Complementar						
CAMELO, Sílvia Helena Henriques (org.). Tópicos contemporâneos em gestão hospitalar . São Paulo: Pearson, 2018. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185600 . Acesso em: 06 abr. 2026.						
LUONGO, Jussara (org.). Gestão de qualidade em saúde . São Paulo, SP: Rideel, 2011. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174226 . Acesso em: 06 abr. 2026.						
NASCIMENTO, Alexandra Bulgarelli do (org.). Gestão hospitalar e qualidade do atendimento . São Paulo: Pearson, 2017. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/152029 . Acesso em: 06 abr. 2026.						
RABAH, Marcelo Fouad. A meta da humanização: do atendimento à gestão na saúde . Rio de Janeiro: Doc Content, 2018. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189199 . Acesso em: 06 abr. 2026.						
REIS, Mariana Richter. Gestão em saúde aplicada à humanização . São Paulo: Contentus, 2020. <i>E-book</i> . Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185659 . Acesso em: 06 abr. 2026.						

7.3.5. Quinto Semestre

Cód.	Componente Curricular					
ISA	Inclusão Social e Acessibilidade					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40	-	-	-	40	40	5º
Ementa						
O componente apresenta os paradigmas históricos e a legislação que norteia as conquistas das Pessoa com Deficiência (PcD) nos ambientes da sociedade livre dos entraves existentes. Apresenta as dimensões da acessibilidade que garantem o acesso a todos e a inclusão social.						
Bibliografia Básica						
LIMA, Priscila Augusta, VIEIRA, Terezinha. Educação Inclusiva e igualdade social . São Paulo: Avercamp, 2006.						
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050:2020: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos . Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/9974 . Acesso em: 11 abr. 2026.						
SANTOS, Shirley Aparecida dos. Transtornos globais do desenvolvimento . Curitiba: InterSaberes, 2019. (Série Pressupostos da Educação Especial).						
Bibliografia Complementar						
BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm . Acesso em: 04 dez. 2022.						
JANNUZZI, Gilberta S. de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI . 3. Ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção Educação contemporânea). RAIÇA, Darcy. Tecnologias para a educação inclusiva . São Paulo: Avercamp, 2008.						
ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará, 2010.						
SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos . Rio de Janeiro: WVA, 1997.						

Cód.	Componente Curricular					
BIOE	Bioética					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40		-	-	40	40	5º
Ementa						
Fundamentos de Bioética; Estatuto epistemológico da Ética e da Moral; Identificação e caracterização da Ética nas Idades Antigas, Média, Moderna e Contemporânea; Bioética na atualidade; Situação da Bioética no Brasil; Discussão de casos bioéticos e aplicação de seus princípios; Análise dos Códigos de Ética nas diversas áreas profissionais; Normatização dos Conselhos e Entidades fiscalizadoras do exercício profissional de saúde; Ética na pesquisa.						
Bibliografia Básica						
BARCHFONTEINE, C. P. Saúde pública é bioética? São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2005.						

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 11 abr. 2026.

DALL'AGNOL, D. **Bioética**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

JORGE FILHO, I. **Bioética**. Fundamentos e Reflexões. Editora Atheneu, 2017.

OLIVEIRA, F. **Bioética**: uma face da cidadania. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

Bibliografia Complementar

BERLINGUER, G. **Bioética Cotidiana**. Brasília: UnB, 2004.

CLOTET, J. **Bioética**: uma aproximação. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

COSTA, S.; DINIZ, D. **Ensaio**s: Bioética. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Letras Livres, 2006.

DINIZ, D.; GUILHEM, D.; SCHÜKLENK, U. (org.). **Ética na Pesquisa**.
Brasília: Letras Livres-UnB, 2006.

IACOMINI, V. **Biodireito, Biodiversidade e Bioética**. Contentus, 2016.

SGRECCIA, E. **Manual de Bioética I**. Fundamentos e ética Biomédica. São Paulo: Loyola, 1996

Cód.	Componente Curricular					
ODH	Organização e Documentação Hospitalar					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
50	10	-		60	60	5º
Ementa						
Introdução ao serviço de documentação médica e estatística (SAME); aspectos históricos e organizacionais dos registros de saúde; Interfaces dos serviços assistenciais com o serviço de registros e informações em Saúde; Planejamento de um serviço de documentações informacionais em Saúde; Índices de referência ao prontuários; numeração e arquivamento de prontuários; aspectos éticos e legais do prontuário do paciente, O arquivo corrente e o arquivo intermediário: conceitos, funções e finalidades; os procedimentos e as operações técnicas da gestão de documentos, Histórico, funções e atividades de destinação ; identificação, arranjo e descrição dos documentos de caráter permanente, Tecnologias para Gerenciamento da Informação para criação de prontuário eletrônico, Importância da preservação; conservação; investigação; difusão; gerenciamento da conservação; avaliação das condições de conservação; guarda; condições climáticas; preservação do edifício; plano de segurança, conceito de finalidade e importância , sistema de arquivamento , métodos de arquivamento , construção e mobiliário.						
Bibliografia Básica						
BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. [recurso eletrônico] / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 2. versão. Dados eletrônicos (1 arquivo: 1 MB). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV205MAI2022.pdf . Acesso em: 02/05/2024.						

Cód.	Componente Curricular					
LSH	Logística de Serviços Hospitalares					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
50	10	-	-	60	60	5º
Ementa						
Introdução à Logística Hospitalar: conceitos fundamentais; especificidades da logística aplicada ao setor hospitalar. A importância da logística na assistência à saúde. Interfaces entre logística e outras áreas hospitalares. Políticas de abastecimento e riscos logísticos. Armazenamento e distribuição: Tipos e estruturas de almoxarifados hospitalares. Requisitos técnicos para armazenamento de medicamentos e insumos. Cadeia fria: conceitos e controle. Boas Práticas de Armazenamento (BPA). Layout físico de almoxarifado. Sistemas de distribuição interna. Rastreabilidade de produtos e controle de validade. Logística de medicamentos e materiais médico-hospitalares: Ciclo logístico dos medicamentos e materiais. Sistema de dispensação: coletiva e individualizada, fracionada. Controle de medicamentos de alto custo e de uso controlado. Padronização de insumos. Acuracidade de estoque e controle de perdas. Logística Reversa e Sustentabilidade: Logística reversa no ambiente hospitalar. Gestão e classificação dos resíduos de serviços de saúde (RSS). Legislação aplicada (RDC, CONAMA etc.). Práticas sustentáveis na cadeia logística hospitalar. Tecnologias aplicadas à logística hospitalar: Sistemas de informação em logística hospitalar. Código de barras, QR Codes e RFID. Automação de estoques e pedidos. Monitoramento eletrônico da cadeia fria. Tendências tecnológicas (IA, IoT, big data). Indicadores e Avaliação de Desempenho Logístico: Indicadores de desempenho (KPIs) logísticos. Principais						

indicadores: acuracidade, ruptura, lead time. SLA – Acordos de Nível de Serviço. PDCA, 5W2H e melhoria contínua.

Bibliografia Básica

BARBIERI, J. C.; Machline, C. **Logística Hospitalar: Teoria e Prática**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRUNI, Adriano Leal. **A Administração de custos, preços e lucros**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, R. B. da; PINTO, G. L. de A.; AYRES, A. de P. S.; ELIA, B. de S. **Logística em organizações de saúde**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar

AGAPITO, N. **Gerenciamento de Estoques em Farmácia Hospitalar**. Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística empresarial: a perspectiva brasileira**. São Paulo: Atlas, 2000.

BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BOWERSOX, Donald J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Atlas, 2001.

REGO, N.G.G. **Apoio a Configuração de Estratégias para cadeias de abastecimento hospitalares**. Portugal: Universidade de Portugal, 2007.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos: uma abordagem prática**. 2º. ed. São Paulo: Atlas, 2004

Cód.	Componente Curricular					
SI	Sistema de Informação em Saúde					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30	10	-	-	40	40	5º

Ementa

Conceito sobre dado, informação e conhecimento; Definição de Sistemas de Informação Gerencial-SIG; definição de sistema de Gestão Empresarial; definição de ERP, o nível da informação: automação da transação, gerenciamento de processo, gestão do conhecimento; gestão do conhecimento e gerenciamento dos benefícios do SIG: redução do tempo de ciclo, transações, gerência financeira, uso do comércio eletrônico; necessidades do negócio e pessoal. Introdução a Sistemas de Informação em Saúde, principais subsistemas do SUS e sua aplicabilidade, tendências em Sistemas de Informação em Saúde, registro eletrônico de saúde.

Bibliografia Básica

AKABANE, Getulio K. **Gestão estratégica da tecnologia da informação: conceitos, metodologias, planejamento e avaliações**. São Paulo: Grupo Gen, 2012.

AMARAL, Alexandre Furtado do *et al.* **Sistemas de informações gerenciais em organizações de saúde**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Coleção "Para Entender a Gestão do SUS"- CONASS**. Sistemas de Informação. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 659, de 26 de julho de 2021**. Dispõe sobre a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jul. 2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2022/res0659_15_06_2022.html.

Acesso em: 11 abr. 2026.

Cód.	Componente Curricular					
CE II	Curricularização da Extensão II					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
35	-	-	85	120	120	5º
Ementa						
Desenvolvimento de práticas extensionistas estudantes voltadas à promoção da inclusão, acessibilidade e equidade, por meio da realização de ações junto às comunidades interna e externa, com foco na melhoria do acesso e da gestão dos serviços de saúde. Envolve a identificação de necessidades, o planejamento e a execução de atividades que contribuam para a redução das desigualdades, valorizando o diálogo com a comunidade, o trabalho coletivo e a responsabilidade social.						

Cód.		Componente Curricular				
TEH		Tecnologia e Equipamentos Hospitalares				
Carga horária (HR*)					Carga- Horária (Hora- aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30	10	-	-	40	40	6º
Ementa						
Tendências inovadoras (tecnológicas) nos equipamentos hospitalares. Importância da adequação ambiental dos equipamentos hospitalares. Otimização da tecnologia no ambiente hospitalar. Gerenciamento de equipamentos hospitalares. Treinamentos específicos sobre equipamentos hospitalares. Boas práticas na aquisição de equipamentos hospitalares: compras na administração pública. Previsão de demanda, sistemas de reposição, processos de compras, fornecedores, seleção de propostas, avaliação de Fornecedores. Armazenagem de bens e produtos hospitalares. Diretrizes de manutenção hospitalar. Gestão de serviços de manutenção terceirizada.						
Bibliografia Básica						
ANDRÉ, Adriana Maria. Gestão Estratégica de Clínicas e Hospitais . 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2010.						
BRITO, Lúcio Flávio de Magalhães. Segurança aplicada às Instalações hospitalares . 4. ed. São Paulo. Editora. Senac						

Cód.	Componente Curricular					
GPS	Gestão de Planos de Saúde					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30	10	-	-	40	40	6º
Ementa						
O sistema público privado de saúde: caracterização, histórico, implantação, funções gestoras e as atribuições de cada nível de gestão; A informação em saúde suplementar: beneficiários, operadoras, planos de saúde, utilização de serviços de saúde, qualificação dos dados em saúde suplementar; Guia da ANS: contratos, tipo de plano, coberturas obrigatórias, planos novos e adaptados; Reajuste de mensalidade: conceitos básicos, reajuste por variação de custos, reajuste por mudança de faixa etária; Carência, doenças e urgência e emergência: prazo de carência, cheque-caução, preenchimento de declaração de saúde.						
Bibliografia Básica						
BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Planos de saúde: Guia Prático - Dicas úteis para quem tem ou deseja ter um plano de saúde. Atualizado em março de 2014.						
BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Planos de saúde: Informações importantes para escolher o melhor plano de saúde para você e sua família. Rio de Janeiro: ANS, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/consumidor/caminho-do-consumidor-1/cartilhas-para-o-consumidor . Acesso em: 11 abr. 2026.						
BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Saúde Suplementar. Brasília: CONASS, 2011. 148 p. (Coleção Para						

MAIA NETO, Júlio Fernandes. **Farmácia Hospitalar e suas interfaces com a Saúde**. São Paulo: RX, 2005.

PINTO, V.B. **Gestão Estratégica em farmácia Hospitalar**. São Paulo: Atheneu 2009. ISBN: 9788538800347.

Cód.	Componente Curricular					
GSNH	Gestão de Serviços de Nutrição Hospitalar					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40	20	-	-	60	60	6º
Ementa						
Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN). UAN Hospitalar. Gestão da Qualidade na UAN. Aspectos Físicos e Funcionais nas UAN's. Equipamentos nas UAN's. Cardápio. Gestão de Matéria-prima e Estoque nas UAN's. Gestão de Custos nas UAN's. Gestão de Recursos Humanos nas UAN's. Manipulação Segura de Alimentos. Segurança Alimentar. Qualidade: Conceitos, Atributos da Qualidade; Controle de Qualidade. Garantia de Qualidade; Elementos do Sistema de Controle e Garantia da Qualidade; Sistemas. Programas de Qualidade: Sistema HACCP, Boas Práticas de Processamento, Normas de garantia da Qualidade: Manual de Boas Práticas, fluxo da produção de refeição coletiva, Importância, Etapas Básicas, Fatores que influenciam o planejamento físico, Aspectos físicos gerais de um Serviço de Nutrição.						
Bibliografia Básica						
ABREU, Edeli Simioni de; SPINELLI, Mônica Glória N.; PINTO, Ana Maria de Souza. Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição : um modo de fazer. São Paulo: Editora Metha, 2019.						
ISOSAKI, Mitsue. Gestão de serviço de nutrição hospitalar . Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.						
NEVES, Marcos Fava. Gestão de negócios em alimentos . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.						
TEIXEIRA, Suzana et al. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição . São Paulo: Atheneu, 2009.						
Bibliografia Complementar						
GERMANO, Maria I. Simões. Treinamento para Manipuladores de Alimentos : fator de segurança alimentar e promoção da saúde. São Paulo: Livraria Varela, 2003 / Higiene Alimentar, 2013.						
LAS CASAS, Alexandre. OLIVEIRA, Zélia Milet. Cavalcanti de; Rego, Josedira Carvalho do; Teixeira, Suzana Maria Ferreira Gomes. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição . São Paulo: Atheneu, 2006.						
MANZALLI, Priscila Ventura. Manual para serviços de alimentação : implementação, boas práticas, qualidade e saúde. São Paulo: Metha, 2006.						
PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa et al. Qualidade nutricional e sensorial na produção de refeições . Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2005.						
SENNA, Ana Maria et al. Gestão dos serviços em saúde . Rio de Janeiro: FGV, 2009.						

Cód.	Componente Curricular					
GCC	Gerenciamento de Contratos e Convênios					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		

Cód.		Componente Curricular				
CE III		Curricularização da Extensão III				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora-aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40	-	-	80	120	120	6º
Ementa						
Execução de ações extensionistas promovidas pelos estudantes, sob orientação docente, direcionadas à organização e realização do Encontro de Gestão Hospitalar, destinado a acadêmicos, egressos, profissionais da área e comunidade externa, envolvendo o planejamento, execução e avaliação de atividades que promovam discussões sobre o perfil profissional de conclusão, habilitações, campos de atuação, legislação profissional, itinerários formativos e as contribuições da formação para a sociedade, estimulando o protagonismo estudante, o diálogo com a comunidade e a integração entre formação acadêmica e realidade profissional.						
Bibliografia Básica						
COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira; CANUTO, Simone Aparecida. Administração com qualidade: conhecimentos necessários para a gestão moderna. São Paulo, SP: Blucher, 2010. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/215983 . Acesso em: 06 abr. 2026.						
FARIAS, Roberto Maia. Gestão hospitalar. Porto Alegre: Educus, 2016. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185277 . Acesso em: 06 abr. 2026.						

NAKANE, Andréa Miranda (org.). **Gestão e organização de eventos**. São Paulo: Pearson, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129001>. Acesso em: 06 abr. 2026.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 782, de 25 de março de 2024.** Dispõe sobre as normas e as diretrizes gerais do estágio e sua padronização nos campi do Instituto Federal de Roraima. Disponível em: <https://www.ifrr.edu.br/a-instituicao/ensino/resolucoes-do-ensino/> Acesso em: 02 fev. 2026.

BURMESTER, Haino. **Manual de gestão hospitalar.** Rio de Janeiro: FGV, 2020.

GONÇALVES, Ernesto Lima. **Gestão hospitalar:** administrando o hospital moderno. São Paulo: Saraiva, 2006.

Bibliografia Complementar

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico:** projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed., 3. reimp. São Paulo: Atlas, 2018. 239 p. ISBN 9788597010664.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia de Trabalho Científico:** Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MALAGÓN-LONDONO, G; MORERA, R.G.; LAVERDE, G. P. **Administração Hospitalar.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

NASCIMENTO, Alexandra Bulgarelli do (Org.). **Gestão hospitalar e qualidade do atendimento.** São Paulo: Pearson, 2017. 140 p. ISBN 9788543025469.

PORTELA, Keyla Christina Almeida. **Estágio supervisionado:** teoria e prática. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2007.

7.4 Terminalidade - Saídas Intermediárias

Este curso não prevê terminalidades intermediárias.

8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFRR – *Campus* Boa Vista não constitui componente curricular obrigatório, conforme o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores de tecnologia (Resolução CNE/CP nº 01/2021) e em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

9 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR – *Campus* Boa Vista constitui um procedimento didático-pedagógico que integra conhecimentos teóricos e práticos, desenvolvido de forma articulada ao longo do percurso formativo, com vistas à consolidação das competências necessárias à atuação na gestão de serviços de saúde.

A Prática Profissional possui carga horária total de 225 horas e desenvolvida ao longo do curso por meio de componentes curriculares que favorecem a aplicação dos conhecimentos em contextos organizacionais da área da saúde.

Ressalta-se que a carga horária de Prática Profissional é distinta da carga horária prática prevista nas ementas dos componentes curriculares, constituindo um conjunto de atividades orientadas e supervisionadas voltadas à formação profissional do estudante.

A Prática Profissional fundamenta-se na articulação entre ensino, pesquisa e aplicação, possibilitando o desenvolvimento de habilidades técnicas, científicas e gerenciais por meio da análise de situações relacionadas à gestão dos serviços de saúde e da proposição de soluções fundamentadas.

9.1 Organização da Prática Profissional

A Prática Profissional é desenvolvida, prioritariamente, nos seguintes componentes curriculares, com a respectiva distribuição de carga horária, considerando sua contribuição para a compreensão do sistema de saúde, o desenvolvimento da capacidade analítica e a aplicação dos conhecimentos no contexto da gestão dos serviços de saúde:

Políticas de Saúde Pública II – 20 horas de prática profissional. Técnicas de Planejamento em Serviços de Saúde – 10 horas de prática profissional.

Quadro 6 - Organização da Prática Profissional Supervisionada

Componente curricular	Período/ Semestre	Carga horária de Prática Profissional	Nível de Complexidade	Foco Formativo
Políticas de Saúde Pública II	Início/ Intermediário	20 h	Introdutório/ Analítico	Compreensão do sistema de saúde e bases SUS e análise da organização dos serviços e instrumentos de gestão
Técnicas de Planejamento em Serviços de Saúde	Intermediário/ Final	10h	Aplicado/ Avançado	Planejamento, uso de indicadores e tomadas de decisão

Fonte: Comissão de Reformulação (2025)

A organização da Prática Profissional estrutura-se em níveis progressivos de complexidade, iniciando pela compreensão dos processos de gestão em saúde, avançando para a análise e organização das práticas institucionais e culminando na capacidade de intervenção e de tomada de decisão em contextos organizacionais.

A definição da carga horária de Prática Profissional concentrada nesses componentes fundamenta-se na organização pedagógica do curso, que estabelece, nessas unidades curriculares, a base estruturante para o desenvolvimento das competências analíticas, interpretativas e de planejamento em saúde, possibilitando a aplicação dos conhecimentos no contexto da gestão dos serviços de saúde.

Nesses componentes, as atividades são conduzidas por meio de estratégias orientadas, incluindo a análise de documentos normativos, estudos de caso, interpretação de indicadores, elaboração de diagnósticos situacionais e construção de planos e relatórios técnicos aplicados à realidade da gestão em saúde.

A contribuição dos componentes curriculares complementares para o desenvolvimento da Prática Profissional Supervisionada pode ser compreendida conforme apresentado a seguir:

Quadro 7 - Contribuição dos Componentes Curriculares para a Prática Profissional

Componente Curricular	Carga horária	Contribuição para a Prática Profissional	Aplicação na Formação
Logística de Serviços Hospitalares	10 h	Organização de fluxos e gestão de suprimentos	Otimização de processos logísticos
Gestão de Recursos Materiais e	16 h	Controle de estoque e patrimônio	Gestão eficiente de recursos

Patrimoniais			
Sistemas de Informação em Saúde	10 h	Uso de sistemas e análise de dados	Tomada de decisão baseada em informações
Qualidade dos Serviços em Saúde	20 h	Aplicação de indicadores e avaliação de desempenho	Melhoria contínua dos serviços
Avaliação e Auditoria em Sistemas de Saúde	10h	Análise de conformidade e desempenho institucional	Controle e avaliação de processos
Gestão de Serviços Laboratoriais e Farmacêuticos	10 h	Planejamento e organização de serviços especializados	Planejamento institucional em saúde
Gestão de Contratos e Convênios	20 h	Gestão de contratos e processos institucionais	Organização administrativa em saúde
Biossegurança	10 h	Aplicação de normas e protocolos de segurança	Prevenção e controle de riscos
Gestão Financeira e Orçamento	10 h	Análise de custos e recursos	Gestão financeira em saúde
Epidemiologia Aplicada aos Serviços de Saúde	10 h	Análise de indicadores e dados populacionais	Planejamento em saúde pública
Gestão de Serviços de Nutrição Hospitalar	20 h	Desenvolvimento de práticas assistenciais centradas no paciente	Qualificação do cuidado em saúde
Faturamento Hospitalar	10 h	Processos de faturamento e controle financeiro	Sustentabilidade financeira dos serviços
Arquitetura Hospitalar	30 h	Organização estrutural de unidades de saúde	Planejamento físico e funcional
Hotelaria Hospitalar	4 h	Organização do acolhimento e ambiência hospitalar	Humanização e qualidade do atendimento
Espanhol com Fins Específicos	10 h	Comunicação profissional em saúde	Atendimento a públicos diversos
Inglês Instrumental	5 h	Leitura e interpretação de textos técnicos	Acesso à produção científica

Fonte: Comissão de Reformulação (2025)

A distribuição da Prática Profissional ao longo do curso abrange diferentes áreas estratégicas da gestão hospitalar, conforme apresentado a seguir:

Quadro 8 - Distribuição da Prática Profissional no curso

Área da Gestão Hospitalar	Elaboração de planos e diagnósticos	Contribuição Formativa
Planejamento em saúde	Elaboração de planos e diagnósticos	Visão estratégica
Logística hospitalar	Organização de fluxos e suprimentos	Eficiência operacional
Gestão de pessoas	Organização de equipes e de processos de trabalho	Liderança e gestão
Qualidade em saúde	Aplicação de indicadores e avaliação de serviços	Melhoria contínua
Auditoria em saúde	Análise de conformidade e desempenho	Controle e avaliação
Sistemas de informação	Uso de dados e sistemas gerenciais	Tomada de decisão
Análise de dados	Interpretação de indicadores e relatórios	Capacidade analítica

Essa organização possibilita ao estudante vivenciar experiências formativas diversificadas, promovendo o desenvolvimento de competências alinhadas às demandas do setor de saúde e às exigências da gestão hospitalar contemporânea.

9.2 Desenvolvimento das Atividades Práticas

As atividades de Prática Profissional são desenvolvidas por meio de metodologias ativas de aprendizagem, organizadas de forma a promover a aplicação dos conhecimentos em situações relacionadas à gestão dos serviços de saúde, conforme descrito a seguir:

Quadro 9 – Atividades Práticas Profissionais do Curso

Atividade	Descrição	Competências Desenvolvidas	Instrumentos
Estudos de caso	Análise de situações da gestão em saúde	Pensamento crítico, tomada de decisão	Relatórios analíticos estruturados, fichas de análise
Simulações gerenciais	Situações simuladas de gestão hospitalar	Planejamento, resolução de problemas	Registros de simulação, roteiros de resolução de problemas
Análise de indicadores	Interpretação de dados assistenciais e administrativos	Capacidade analítica	Relatórios técnicos, planilhas analíticas
Elaboração de planos e diagnósticos	Construção de soluções organizacionais	Planejamento estratégico	Planos operacionais, diagnósticos organizacionais
Visitas técnicas	Observação de práticas em serviços de saúde	Visão sistêmica	Relatórios técnicos descritivo analíticos
Uso de sistemas de informação	Aplicação de ferramentas tecnológica	Gestão baseada em dados	Registros em sistemas, relatórios gerenciais.
Atividades orientadas	Desenvolvimento de tarefas supervisionadas	Autonomia e responsabilidade	Portfólios reflexivos, registros de acompanhamento
Projetos integradores e oficinas	Desenvolvimento de soluções práticas	Integração de conhecimentos	Projetos aplicados, produtos técnicos

Fonte: Comissão de Reformulação (2025)

A organização dessas atividades assegura o desenvolvimento progressivo das capacidades técnicas, analíticas e gerenciais necessárias à atuação profissional, em consonância com as demandas do setor de saúde.

9.3 Avaliação da Prática Profissional

A avaliação da Prática Profissional é contínua e formativa, considerando o desempenho do estudante nas atividades desenvolvidas ao longo dos componentes curriculares, conforme os critérios e instrumentos descritos a seguir:

Quadro 10 - Avaliação da Prática Profissional

Critério	Descrição	Instrumentos de Avaliação	Evidências
Frequência	Participação nas atividades práticas propostas	Controle de frequência, registros docentes	Lista de presença, registros acadêmicos
Participação	Envolvimento nas atividades e discussões	Observação direta, registros de acompanhamento	Relatórios, registros de aula
Desempenho técnico	Execução adequada das atividades práticas	Avaliação de atividades, estudos de caso	Produções acadêmicas
Capacidade analítica	Interpretação de dados e tomada de decisão	Relatórios analíticos, resolução de problemas	Trabalhos avaliativos
Qualidade dos produtos	Organização e consistência dos materiais elaborados	Relatórios técnicos, projetos	Produtos apresentados
Cumprimento	Entrega e execução	Controle de entrega,	Registros e

das atividades	das tarefas propostas	portfólio	portfólios
----------------	-----------------------	-----------	------------

Fonte: Comissão de Reformulação (2025)

9.4 Articulação com o Perfil do Egresso

A Prática Profissional constitui eixo estruturante da formação no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, assegurando a integração entre os conhecimentos teóricos, as competências técnicas e as demandas reais dos serviços de saúde. Nesse sentido, contribui para o desenvolvimento de um perfil profissional capaz de compreender, analisar e intervir de forma qualificada nos processos de gestão hospitalar, com base em fundamentos científicos, éticos e organizacionais.

Quadro 11 – Contribuições da Prática Profissional para o Perfil do Egresso

Dimensão Formativa	Contribuição da Prática Profissional	Resultados Esperados
Gestão de serviços de saúde	Aplicação de conceitos de planejamento, organização e avaliação	Atuação qualificada na gestão hospitalar
Análise e tomada de decisão	Interpretação de indicadores e situações organizacionais	Capacidade analítica e resolutiva
Gestão de recursos	Utilização de ferramentas de gestão de pessoas e materiais	Uso eficiente de recursos
Qualidade e melhoria contínua	Aplicação de práticas de avaliação e controle	Melhoria dos serviços de saúde
Uso de tecnologias	Aplicação de sistemas de informação em saúde	Gestão baseada em dados
Ética e responsabilidade profissional	Atuação em conformidade com princípios éticos e legais	Postura profissional qualificada.
Trabalho em equipe	Atuação em contextos multiprofissionais	Integração e colaboração

Fonte: Comissão de Reformulação (2025)

A consolidação dessas dimensões formativas ao longo do percurso acadêmico assegura a formação de um profissional apto a responder às demandas do setor de saúde, com capacidade de atuação crítica, reflexiva e orientada a resultados.

Ao longo do percurso formativo, as atividades práticas favorecem a consolidação de competências relacionadas ao planejamento, à organização e à avaliação de serviços de saúde, ao uso de informações para a tomada de decisão, à gestão de recursos e à melhoria da qualidade dos serviços prestados, considerando as especificidades do Sistema Único de Saúde (SUS) e da saúde suplementar.

A articulação entre prática profissional e formação acadêmica possibilita ao estudante o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade analítica e da autonomia intelectual, a partir da vivência de situações que demandam diagnóstico, proposição de soluções e tomada de decisão em diversos contextos organizacionais.

Nesse contexto, a Prática Profissional contribui para a formação de um egresso apto a atuar de forma ética, responsável e orientada para resultados, com capacidade de adaptação às dinâmicas do setor e de atuar de forma colaborativa em equipes multiprofissionais.

9.5 Articulação da Prática Profissional com os Planos de Ensino e Acompanhamento Pedagógico

A execução da Prática Profissional, conforme descrita neste Projeto Pedagógico de Curso, deverá estar articulada aos planos de ensino dos componentes curriculares envolvidos, nos quais serão explicitados os objetivos de aprendizagem, as metodologias adotadas, as atividades práticas propostas, os critérios de avaliação e os instrumentos utilizados, em consonância com a organização didática do IFRR.

Nos planos de ensino, as atividades relacionadas à Prática Profissional deverão ser detalhadas de forma a assegurar a coerência entre a proposta pedagógica do curso e sua operacionalização no processo de ensino-aprendizagem, contemplando a aplicação dos conhecimentos em situações relacionadas à gestão dos serviços de saúde, à análise de problemas organizacionais e à proposição de soluções fundamentadas.

Essa articulação deverá garantir que a Prática Profissional seja desenvolvida de forma sistemática, integrada e alinhada aos objetivos formativos do curso, possibilitando o acompanhamento contínuo das atividades pelos docentes, pela coordenação do curso e pelas instâncias acadêmicas responsáveis.

O acompanhamento pedagógico da Prática Profissional deverá ser realizado de forma contínua, envolvendo o registro das atividades desenvolvidas, a análise dos resultados obtidos e a verificação do cumprimento dos objetivos previstos, com vistas à melhoria contínua do processo formativo.

Nesse contexto, o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) deverão atuar no monitoramento e na avaliação da execução da Prática Profissional, por meio da análise de relatórios, registros acadêmicos e indicadores de desempenho, podendo propor ajustes e aperfeiçoamentos sempre que necessário.

10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado constitui componente obrigatório do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, sendo parte integrante da formação acadêmica e profissional do estudante, conforme estabelecem a Lei nº 11.788/2008 e a Resolução CONSUP/IFRR nº 782, de 25 de março de 2024. E cujo objetivo é possibilitar ao estudante a vivência prática dos conhecimentos teóricos, técnicos e metodológicos adquiridos ao longo do curso, articulando-os ao contexto real das organizações de saúde e contribuindo para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil profissional do egresso.

Deverá ser realizado em instituições públicas, privadas, filantrópicas ou em organismos do terceiro setor, desde que possuam infraestrutura adequada, campo de atuação compatível com a área hospitalar e formalizem o Termo de Compromisso com o IFRR. A jornada de estágio deverá respeitar o limite de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, sendo obrigatória a assinatura prévia do Plano de Atividades, elaborado em conjunto pelo estagiário, pelo professor orientador e pelo supervisor da concedente.

São finalidades específicas do Estágio Curricular Supervisionado:

- I) Proporcionar ao estudante a inserção em ambientes reais de trabalho, reforçando a aplicação prática de saberes técnicos e científicos;
- II) Promover a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, integrando aspectos socioeconômicos, políticos e culturais;
- III) Estimular a postura ética, responsável e crítica frente aos desafios enfrentados pelas instituições de saúde;
- IV) Aproximar o IFRR das realidades locais e regionais do setor hospitalar, fortalecendo sua função social.

10.1 Avaliação do Estágio

A nota do estudante no Estágio Supervisionado é composta por três avaliações, quais sejam:

1. Avaliação do orientador: Para garantir a qualidade formativa do estágio e assegurar que os objetivos pedagógicos sejam atingidos, o acompanhamento do estudante será realizado por um professor orientador indicado pela Coordenação do Curso. Cabe ao orientador acompanhar o desenvolvimento das atividades e oferecer apoio técnico e metodológico na elaboração do Relatório de Estágio. A avaliação é realizada em formulário próprio, elaborado pela coordenação do curso. Esta nota varia de 0,0 a 100,0. No relatório escrito será observado:

- Introdução: apresentação da instituição, justificativa, objetivos e metodologia.
- Desenvolvimento: exposição das atividades realizadas, com fundamentação teórica e análise crítica.
- Conclusões e Recomendações: reflexões do estudante sobre a experiência, apontamentos e sugestões para a instituição ou para a formação profissional.

Cada item será avaliado com nota de 0,0 (zero) a 100,0 (cem), que comporá a média do trabalho escrito.

2. Avaliação do supervisor de estágio na instituição concedente: Esta avaliação é realizada pelo supervisor do aluno, profissional que o acompanha durante todo o estágio. Para tanto, utiliza-se a Ficha de Avaliação padrão da coordenação de estágio do *Campus Boa Vista*. Esta nota varia de 0 (zero) a 100 (cem).

3. Avaliação da apresentação do relatório de estágio: O relatório deverá ser apresentado ao professor do componente de estágio e/ou a professor convidado e aos demais estudantes, em evento próprio para este fim, com o objetivo de socializar as atividades realizadas pelo estagiário. A avaliação é realizada em formulário próprio, elaborado pela coordenação do curso. Esta nota varia de 0,0 (zero) a 100,0 (cem). Nesta avaliação serão observados os seguintes critérios:

- Domínio do conteúdo
- Organização
- Problemas identificados
- Propostas de melhorias apresentadas

Cada item será avaliado com nota de 0,0 (zero) a 100,0 (cem), que comporá a média do trabalho escrito.

A média aritmética destas três avaliações será a nota final do estagiário, a ser lançada no diário da componente. Dessa forma, o Estágio Curricular Supervisionado no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar representa não apenas um requisito acadêmico, mas também uma etapa essencial na formação do profissional comprometido com a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde. Ao integrar teoria e prática, fortalece-se a capacidade crítica, ética e técnica do estudante, ampliando sua visão sobre os desafios do setor hospitalar e contribuindo diretamente para sua inserção qualificada no mercado de trabalho. Trata-se, portanto, de uma oportunidade singular de aprendizagem significativa e de consolidação das competências construídas ao longo da trajetória formativa.

11 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) são integrantes dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - nas modalidades presencial e à distância. O seu objetivo é enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. No Projeto Pedagógico do Curso, elas deverão ser descritas detalhadamente, conforme Resolução Consup/IFRR nº 824, de 25 de fevereiro de 2025.

Contudo, para este Projeto Pedagógico de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, não serão obrigatórias, conforme a Resolução CNE/CP nº 3/2002. Caso o estudante queira realizar as AACCs, elas serão registradas no Suap e enviadas à coordenação do curso.

12 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

As atividades didático-pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, registradas nos planos de ensino dos docentes, serão desenvolvidas com o objetivo de organizar a relação entre teoria e prática a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes. Além das aulas regulares, entre as atividades que serão desenvolvidas, estão as atividades práticas; visitas técnicas; atividades e/ou eventos (palestras, seminários, minicursos, oficinas, painéis, apresentações de trabalhos em feiras, exposições e outros) de cunho científico, cultural e social.

Atividades integradas com outros Componentes Curriculares/Área de Conhecimento/Eixo Tecnológico serão realizadas por meio de Projeto Integrador, considerando uma proposta de atuação pedagógica interdisciplinar, ou mesmo multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, que se proponham aos fins pedagógicos dos componentes curriculares, possibilitando a ampliação dos conhecimentos teórico-práticos e a inter-relação entre os conteúdos, conforme preconiza o Artigo 6º e Artigo 25, § 3º da Organização Didática (Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023) e o PDI 2024-2028 (IFRR, 2024), que têm a interdisciplinaridade como um dos princípios educacionais da Instituição.

Para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil profissional de conclusão do curso, o docente poderá utilizar da combinação de várias estratégias metodológicas, que proporcionem atividades reflexivas, coletivas, individualizadas e problematizadoras, tais como: aulas expositivas dialogadas com esquemas e suportes visuais; aulas práticas; estudos de texto; estudos de caso; resumos; mapas conceituais/mentais; estudos dirigidos; aulas orientadas; listas de discussão por meios informatizados; filmes; uso de tecnologias digitais de informação e comunicação; resoluções de problemas e exercícios; grupos de trabalho (GT); seminários; ensino em pequenos grupos; grupos de verbalização e de observação (GV/GO); painéis; entrevistas; discussões; debates; oficinas práticas; estudos do meio; pesquisas direcionadas; exposições; visitas técnicas e dinâmicas em grupo; tempestade de ideias Brainstorming; júri simulado; fórum; portfólio; webquest; infográficos; etc.

Entre as metodologias ativas que podem ser utilizadas, podemos destacar: a sala de aula invertida; a educação baseada em competências; o aprendizado por problemas; o aprendizado por projetos; seminários e discussões; pesquisa de campo; etc.

A seleção das estratégias metodológicas dependerá da característica do componente curricular e será prevista no plano de ensino, de modo que o processo de ensino favoreça o conhecimento obtido de forma individual e em grupo e potencialize todas as possibilidades de desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa, visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

13 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, visando atender ao disposto na Resolução nº 07/2018 do Conselho Nacional de Educação e na Resolução nº 881/2026/CONSUP/IFRR, que tratam da curricularização da extensão nos cursos de graduação do IFRR, propõe a curricularização da extensão com o objetivo de materializar o conhecimento adquirido em sala de aula por meio de ações concretas. Essas ações buscam promover a qualidade e a humanização dos serviços de gestão em saúde, incentivando uma atuação ética, sensível e centrada no usuário, bem como a inclusão, a acessibilidade e a equidade, contribuindo para a redução das desigualdades no acesso e na gestão dos serviços de saúde, além da realização do Encontro de Gestão Hospitalar junto à comunidade interna e externa.

Conforme mencionado previamente, as atividades de curricularização da extensão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar estão estruturadas em três componentes curriculares específicos: Curricularização da Extensão I, Curricularização da Extensão II e Curricularização da Extensão III, articulados a projetos de extensão e fundamentados nos conhecimentos delineados em seus respectivos planos de ensino.

Nesse contexto, busca-se promover a integração entre o conhecimento científico e as demandas concretas do setor da saúde, de modo a compreender criticamente a realidade e propor intervenções qualificadas. Essas ações são orientadas pelos princípios da cultura extensionista, por meio de práticas organizadas e alinhadas aos objetivos de cada componente curricular, conforme descrito a seguir:

- Curricularização da Extensão I: a prática extensionista do estudante visa ao desenvolvimento de ações voltadas à qualidade e à humanização dos serviços de gestão em saúde, promovendo uma atuação ética, sensível e centrada no usuário, junto à comunidade interna e externa.
- Curricularização da Extensão II: a prática extensionista do estudante tem como foco a promoção de ações que garantam inclusão, acessibilidade e equidade, contribuindo para a redução das desigualdades no acesso e na gestão dos serviços de saúde, junto à comunidade

interna e externa.

· Curricularização da Extensão III: a prática extensionista do estudante orienta-se para a realização do Encontro de Gestão Hospitalar, a ser ofertado a acadêmicos, egressos, profissionais da área, interessados e à comunidade externa, contemplando discussões acerca do perfil profissional de conclusão, das habilitações, dos campos de atuação, da legislação profissional, dos itinerários formativos e das contribuições da formação para a sociedade.

As práticas extensionistas dos estudantes incentivarão o protagonismo estudantil e poderão ser materializadas por meio do planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos ou prestação de serviços, observando os objetivos definidos na matriz curricular do curso. Essas ações poderão ser aplicadas em instituições dos sistemas público e privado de saúde, ou ainda realizadas no próprio IFRR, em eventos abertos à comunidade interna e externa.

Dedicada a temas de relevância pública e em consonância com as demandas da comunidade, a curricularização da extensão busca, além do estímulo ao protagonismo do estudante, desenvolver habilidades e competências que possibilitem aos estudantes atuarem como agentes de transformação social. Essa curricularização é assegurada por meio da oferta de três componentes curriculares específicos, voltados à articulação entre teoria e prática por meio de atividades, programas e projetos interdisciplinares de natureza tecnológica, científica, cultural, política e educacional.

A oferta desses componentes ocorrerá nos módulos IV (Curricularização da Extensão I, com 85 horas), V (Curricularização da Extensão II, com 85 horas) e VI (Curricularização da Extensão III, com 80 horas), totalizando 250 (duzentas e cinquenta) horas, possibilitando ao estudante a integralização curricular por meio da prática extensionista.

A critério do docente, a prática extensionista será desenvolvida por meio de programas e projetos que poderão estar vinculados a cursos, oficinas, eventos ou à prestação de serviços à comunidade, conforme a ementa do componente curricular. Nessa perspectiva, destacam-se: I) programas: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter continuado, multidisciplinar e integrado às atividades de ensino, pesquisa e inovação; II) projetos: conjunto de atividades processuais contínuas, desenvolvidas por prazo determinado e com objetivos específicos, podendo estar vinculados ou não a programas; III) cursos: ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, presenciais e/ou a distância, voltadas ao desenvolvimento, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos; IV) eventos: ações destinadas à promoção e divulgação do fazer institucional, com participação de público interno e externo; e V) prestação de serviços: atividades lícitas, materiais ou imateriais, contratadas mediante contrapartida ou não, excluídas as relações de emprego e outros serviços regulados por legislação específica.

Os programas ou projetos vinculados às Atividades Curriculares de Extensão deverão conter, de forma detalhada, os seguintes itens: título, componentes curriculares envolvidos, dados dos coordenadores e dos membros, apresentação da proposta com ementa, justificativa, objetivos, cronograma de execução, público-alvo, estratégias metodológicas, indicadores, recursos utilizados, formas de avaliação, impacto social e referências.

Dessa forma, os componentes curriculares de extensão serão ofertados com vistas à promoção de trocas de conhecimento entre a comunidade acadêmica e a sociedade, considerando as diretrizes da extensão, especialmente no que se refere à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; à interdisciplinaridade e à interprofissionalidade; à interação dialógica; ao impacto na formação do estudante; e ao impacto na transformação social.

A carga horária da curricularização da extensão abrange desde o planejamento das atividades, incluindo a elaboração de projetos, a preparação de materiais e a avaliação da comunidade externa, até sua execução prática, podendo envolver atividades disciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares.

No que se refere às atribuições na execução das atividades curricularizadas de extensão, destacam-se:

I) Coordenador de curso: solicitar aos docentes o registro do módulo no setor de extensão das Atividades Curriculares de Extensão e realizar o registro da carga horária no sistema institucional (SUAP) do *campus*;

II) Docente: cadastrar os programas e projetos no setor de extensão; realizar a avaliação das ações junto à comunidade externa; acompanhar a frequência e avaliação dos estudantes; e entregar o relatório das atividades ao setor de extensão e à coordenação do curso para fins de registro acadêmico;

III) Estudante: cadastrar-se nas atividades propostas; ter ciência do programa ou projeto; participar das ações; acompanhar a integralização da carga horária no histórico escolar; e entregar relatório de participação ao docente responsável.

Assim como nos demais componentes curriculares, conforme o art. 76 da Organização Didática, o registro de notas será realizado por meio de um diário de classe, preenchido pelo docente ao final de cada etapa avaliativa.

14 ATIVIDADES À DISTÂNCIA

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFRR - *Campus* Boa Vista não prevê, neste momento, atividades à distância.

15 ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar constitui princípio estruturante do processo formativo, orientando a organização das atividades acadêmicas e a integração entre a formação teórica e as demandas do setor de saúde.

No âmbito do curso, essa articulação se concretiza por meio da integração entre os componentes curriculares e as atividades acadêmicas, possibilitando ao estudante analisar situações relacionadas à gestão dos serviços de saúde, interpretar dados e propor soluções fundamentadas para problemas organizacionais. Nesse sentido, os conteúdos trabalhados são mobilizados em atividades como estudos de caso, projetos integradores, relatórios técnicos, seminários e demais práticas pedagógicas que favorecem a aplicação dos conhecimentos em contextos profissionais.

No campo da pesquisa, a articulação ocorre por meio do desenvolvimento de atividades investigativas vinculadas às temáticas do curso e à realidade local e regional, envolvendo a produção de trabalhos acadêmicos, a participação em projetos orientados e a sistematização de informações relacionadas à gestão hospitalar. Essas ações contribuem para o desenvolvimento da capacidade analítica, da leitura crítica da realidade e da produção de conhecimento aplicado.

No âmbito da extensão, a articulação se dá por meio de ações que promovem a interação entre o curso e a comunidade, bem como com instituições públicas e privadas da área da saúde. Essas atividades possibilitam a aplicação dos conhecimentos acadêmicos em contextos reais, contribuindo para o desenvolvimento social e a formação profissional dos estudantes, por meio de visitas técnicas, eventos acadêmicos, ações educativas e outras iniciativas voltadas à realidade dos serviços de saúde.

A integração entre ensino, pesquisa e extensão também se manifesta na participação dos estudantes em projetos integradores, atividades de monitoria, eventos institucionais e demais iniciativas acadêmicas relacionadas ao curso, o que favorece a ampliação da vivência acadêmica, o desenvolvimento da autonomia intelectual e a atuação em equipe.

Para fins de organização e acompanhamento, as atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão são sistematizadas por meio de instrumentos acadêmicos e institucionais, tais como planos de ensino, projetos, relatórios e registros das atividades desenvolvidas, o que possibilita o monitoramento das ações e o aperfeiçoamento contínuo do processo formativo.

Quadro 12 – Formas de Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Dimensão	Forma de articulação no curso	Exemplos de atividades	Finalidade formativa
Ensino	Aplicação dos conteúdos em situações relacionadas à gestão em saúde.	Estudos de caso, projetos integradores, relatórios técnicos, seminários.	Desenvolvimento da capacidade de análise e de resolução de problemas.
Pesquisa	Investigação orientada vinculada às temáticas do curso.	Trabalhos acadêmicos, projetos de pesquisa, análises de dados e estudos aplicados.	Produção de conhecimento e fortalecimento da capacidade crítica.
Extensão	Interação com a comunidade e instituições da área da saúde.	Visitas técnicas, eventos, ações educativas, encontros temáticos.	Aplicação prática dos conhecimentos e compromisso social.
Integração formativa	Convergência entre ensino, pesquisa e extensão nas atividades acadêmicas.	Monitoria, projetos integradores, participação em eventos institucionais.	Desenvolvimento da autonomia e da atuação em equipe.
Acompanhamento	Registro e sistematização	Planos de ensino,	Organização, monitoramento

	das atividades desenvolvidas.	relatórios, registros institucionais.	e melhoria contínua.
--	-------------------------------	---------------------------------------	----------------------

Fonte: Comissão de Reformulação (2025)

Dessa forma, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar ocorre de maneira integrada, orientada à formação de um profissional com capacidade analítica, visão crítica, responsabilidade social e atuação qualificada no contexto da gestão dos serviços de saúde, em consonância com as diretrizes institucionais do IFRR.

16 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

O *Campus* Boa Vista atende ao que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à inclusão social e à cidadania. Ademais, atende ao estabelecido no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, promovendo a acessibilidade para a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, desde o processo de seleção até o acompanhamento do egresso.

No contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida sejam as particularidades do estudante, com foco em suas potencialidades. A proposta curricular é uma só para todos os estudantes; porém, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. Só assim se torna viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Algumas tecnologias assistivas poderão ser incluídas no processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de proporcionar maior autonomia no atendimento aos estudantes que delas necessitem. Além disso, o *campus* conta, atualmente, com equipe multidisciplinar e com tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), podendo expandir seu quadro profissional técnico conforme a demanda.

Em seu planejamento, o IFRR busca incluir atividades, políticas e programas educacionais, visando oferecer uma educação fundamentada nos princípios da equidade e da inclusão social, tendo em vista a garantia dos Direitos Humanos.

Nessa perspectiva, o *Campus* Boa Vista conta com a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE) e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI).

A CAPNE tem por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica e transdisciplinar, no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, que promovam o cumprimento efetivo das Leis nº 10.098/2000 e nº 13.146/2015, bem como do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos.

O NEABI tem a finalidade de regulamentar as ações referentes à implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas, e para atender à temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. É um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas, pautadas no respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais.

16.1 Educação Inclusiva

16.1.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

A Educação para os Direitos Humanos tem como princípio a formação omnilateral, ou seja, voltada ao mundo do trabalho e à vida em sociedade, à vida e à convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e internacional.

Neste sentido, e em atendimento à Resolução MEC/CNE nº 01/2012, as atividades relativas à Educação para os Direitos Humanos estão inseridas no curso de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares Inclusão Social e Acessibilidade e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

16.1.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

A inclusão dessa temática promoverá a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano e nos sistemas de ensino, que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas. O *campus* conta com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI), que realiza ações trans e interdisciplinares, direcionadas à educação pluricultural e pluriétnica.

Nesse sentido, no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do *Campus* Boa Vista, a ação curricular é descrita nos planos de ensino dos componentes curriculares de *Comportamento Organizacional* e *Desenvolvimento Interpessoal Aplicado à Gestão Hospitalar*, articulados às diversas áreas do conhecimento, com os seguintes aspectos do perfil do egresso: Desenvolvimento de postura ética e de responsabilidade

social; Compreensão dos princípios organizacionais da sociedade.

Cabe destacar que as competências e responsabilidades atribuídas ao NEABI estão dispostas também no Regimento Interno do *Campus* Boa Vista.

16.1.3. Política de Educação Ambiental

As ações de educação ambiental destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade (ambientais, sociais, éticas, culturais, econômicas, espaciais e políticas) ao desenvolvimento do país. Essas ações têm a intenção de oferecer melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por meio do envolvimento e da participação social na proteção e na conservação ambiental, bem como na manutenção dessas condições a longo prazo. Essas ações serão inseridas no curso de forma transversal à abordagem dos conteúdos, sendo descritas por meio da componente de *Biossegurança*.

16.1.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

A compreensão da educação como um direito de todos e do processo de inclusão educacional, numa perspectiva coletiva da comunidade acadêmica, reforça a necessidade de construir institutos inclusivos que contem com redes de apoio à inclusão social. O *Campus* Boa Vista dispõe e apresenta várias ações educacionais inclusivas, a partir do desenvolvimento de estratégias de acompanhamento aos estudantes com necessidades educacionais específicas, assim como recursos tecnológicos para possibilitar a inclusão e o acesso, bem como realizar as orientações metodológicas aos docentes para as adaptações dos processos e recursos de ensino às necessidades deles

Dentre as atividades de acompanhamento, pode-se destacar:

- Estratégias de acompanhamento com os(as) estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas;
- Oferecimento de formação continuada aos docentes com foco na Educação Especial e Inclusiva nos Encontros Pedagógicos e Cursos de Extensão;
- Campanhas educativas, visando o esclarecimento à comunidade acadêmica acerca de temas relacionados à educação inclusiva e apoio na quebra de barreiras atitudinais;
- Estudo e avaliação das condições de acessibilidade no *campus*;
- Garantia, junto às Coordenações de Cursos, do direito ao atendimento individualizado dos docentes para sanar dúvidas referentes aos conteúdos ministrados ao público da Educação Especial;
- Contribuição (palestras, minicursos, oficinas etc.) aos períodos de atividades educacionais diferenciados, como as semanas temáticas;
- Presença de tradutor e intérprete de Libras nas salas com estudantes surdos(as); Adaptação metodológica realizada pelos(as) docentes para os(as) estudantes do público-alvo da educação especial, como o uso de recursos visuais, mídias legendadas, produção de recursos de tecnologias assistivas, dentre outros;
- Tecnologia assistiva para dar acessibilidade aos materiais de baixa, média e alta complexidade dos estudantes com baixa visão e cegueira

17 APOIO AO ESTUDANTE

O apoio ao estudante será promovido por meio de ações voltadas ao acolhimento e à permanência do estudante no ambiente educacional. Dentre as ações realizadas no *campus*, destacam-se iniciativas como: acolhimento, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios, apoio à integração dos estudantes à comunidade acadêmica, contribuindo para sua permanência e êxito.

No processo de ensino-aprendizagem, o docente, em seu planejamento de ensino, conforme a Organização Didática do IFRR, deve assegurar a previsão de atividades que visem à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudo, entre outras atividades pedagógicas, de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade.

A Coordenação de Curso estabelecerá mecanismos e instrumentos necessários para o funcionamento do curso e prestará orientação acadêmica aos estudantes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas), desenvolvidos, em especial, nas ações de acolhimento a cada início de semestre, e atuará também no suporte às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares, possibilitando, inclusive, a promoção de ações de nivelamento para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes. No primeiro ano do curso, será oferecido um nivelamento acadêmico, preferencialmente nos horários das aulas regulares, para o desenvolvimento de conhecimentos elementares, priorizando os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, incluindo estudos dirigidos. Para o desenvolvimento das competências necessárias à formação tecnológica em Gestão Hospitalar, será considerada a relação entre teoria e prática.

Além disso, eventos do curso voltados aos alunos, tais como o Encontro de Gestão Hospitalar, projetos integradores e eventos institucionais,

como a Semana de Graduação, o Fórum de Integração de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito do IFRR, dentre outros.

Essas ações de apoio aos estudantes realizadas pela coordenação têm como objetivo:

- I) Verificar a efetividade das estratégias de acolhimento e de integração acadêmica;
- II) Monitorar fatores associados à evasão, à retenção e ao desempenho;
- III) Identificar precocemente estudantes em situação de risco acadêmico (baixa frequência, reprovações recorrentes, dificuldades de aprendizagem, vulnerabilidade socioeconômica, necessidades específicas);
- IV) Subsidiar planos de ação do Colegiado e do NDE para promoção da permanência e do êxito;
- V) Retroalimentar o planejamento didático e as ações institucionais (apoio pedagógico, assistência estudantil e inclusão);

O fluxo de acompanhamento e avaliação do processo ocorre em ciclo contínuo com o seguinte fluxo:

- I) Coleta e consolidação de dados (base acadêmica e institucional);
- II) Registros acadêmicos e administrativos (matrícula, trancamento, cancelamento, frequência, aproveitamento, reprovações, integralização);
- III) Relatórios e registros de atendimentos/encaminhamentos (apoio pedagógico, orientação acadêmica, inclusão, assistência estudantil);
- IV) Resultados de Avaliação Institucional (Comissão Própria de Avaliação – CPA e Comissão Setorial de Avaliação – CSA) e avaliações externas, quando aplicáveis.

Análise pedagógica e diagnóstica

- I) Leitura de indicadores do curso por período letivo, turma, e componente curricular.
- II) Identificação de gargalos: componentes com alta reprovação/abandono, picos de evasão por semestre, dificuldades recorrentes.

Para o melhor atendimento ao estudante, a coordenação de curso conta com a parceria das equipes do Departamento de Apoio Pedagógico e Desenvolvimento Curricular (DAPE) e da Coordenação de Assistência Estudantil (CAES).

17.1 Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

A Coordenação de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE) do *Campus* Boa Vista - IFRR oferta atendimento educacional especializado aos estudantes com necessidade específicas de aprendizagem (deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação etc.), através do atendimento educacional especializado, objetivando a promoção, qualificação e ressignificação dos processos de ensino-aprendizagem quanto às barreiras pedagógicas (as questões curriculares metodológicas, avaliativas, recursos didáticos, tecnológico/pedagógicos etc.), barreiras atitudinais, arquitetônicas, administrativas e outros.

Dentre as atribuições da CAPNE, são descritas as ações educacionais inclusivas, a partir do desenvolvimento de estratégias de acompanhamento aos estudantes com necessidades educacionais específicas, bem como os recursos tecnológicos que contribuem para possibilitar a inclusão e o acesso, além de orientações metodológicas aos docentes para a adaptação dos processos e recursos de ensino às necessidades dos estudantes.

Para isso, a CAPNE é composta por uma equipe multidisciplinar de servidores e familiares que se identificam com a temática da inclusão, conforme estabelece o regulamento, desenvolvendo diversas ações educacionais inclusivas por meio de estratégias de acompanhamento aos estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas.

17.2 Assistência Estudantil

A Resolução Consup/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFRR, tem por objetivo geral contribuir para a redução dos efeitos da desigualdade, para a melhoria do desempenho acadêmico, para a permanência estudantil, para a produção e difusão do conhecimento, para o êxito educacional e para a melhoria das condições de vida dos estudantes.

São objetivos específicos da Política de Assistência Estudantil do IFRR:

- I) Fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que possibilitem a permanência e o êxito dos estudantes;
- II) Realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial dos estudantes, contribuindo com o processo de aprendizagem;
- III) Proporcionar aos estudantes condições necessárias para seu amplo desenvolvimento acadêmico, incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas, conforme legislação vigente;

- IV) Contribuir para a redução dos índices de evasão e de retenção escolar, mediante implementação do Plano de Permanência e Êxito do IFRR;
- V) Possibilitar ao corpo estudantil igualdade de oportunidades para além da transferência de recursos financeiros, por meio de ações de apoio estudantil promovidas pelo ensino, pesquisa e extensão;
- VI) Promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais;
- VII) Implementar programas, projetos e ações que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, culturais, de gênero, geracionais e religiosas;
- VIII) Possibilitar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, técnico-científicos, artístico-culturais e esportivos;
- IX) Incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnico-científicos e culturais dos estudantes;
- X) Estimular a participação dos estudantes na discussão e nos processos decisórios relativos à gestão democrática da Assistência Estudantil do IFRR.

Dentre os programas de que trata a Política de Assistência Estudantil, o *Campus Boa Vista* oferece:

- I) Programa de Auxílio-Transporte;
- II) Programa de Atenção e Promoção à Saúde;
- III) Programa de Apoio à Participação em Eventos;
- IV) Programa de Auxílio a Material Didático-Pedagógico.

Nessa perspectiva, o setor busca realizar atividades voltadas à promoção da saúde, por meio de ações interdisciplinares, além de, dentro da capacidade da instituição, promover a atenção integral à saúde do seu corpo estudantil, por meio de sua equipe multiprofissional, que se dará em nível institucional e interinstitucional, no sentido de facilitar ações de assistência, proteção e promoção à saúde. A partir de então, faz-se acompanhamento com serviços de psicologia escolar, assistência social e atendimento médico, para trabalho preventivo e de promoção da saúde mental e do bem-estar, auxiliando em questões do ensino e da aprendizagem dos estudantes e no aspecto global — cognitivo, emocional e social —, promovendo a escuta e o acolhimento individual ou em grupo, incluindo a família e a escola.

17.3 Apoio Pedagógico

Para subsidiar o planejamento das ações dos campi, estão previstas na Resolução Consup/IFRR nº 869/2025, que dispõe sobre o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR, as estratégias de intervenção e monitoramento que visam à permanência e ao êxito dos estudantes.

Dentre as ações realizadas no *campus* que visam à permanência e ao êxito dos estudantes, estão o acolhimento e as ações pertinentes à inserção dos estudantes na comunidade institucional. Para aprimorar e aumentar as chances de êxito dos estudantes, são realizadas ações conjuntas entre a coordenação de curso, os docentes, a CAPNE e os docentes responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando necessário, para garantir a acessibilidade metodológica e instrumental aos estudantes.

Ao longo do primeiro semestre, é feita uma avaliação diagnóstica e nivelamento das turmas ingressantes para que sejam garantidas as condições de permanência e êxito aos estudantes. Assim, os componentes curriculares Português Instrumental, Metodologia da Pesquisa Científica, Informática Básica e Matemática Financeira são apresentados aos estudantes ingressantes, mobilizando as competências e habilidades de comunicação oral e escrita em língua materna, de funcionamento do mundo acadêmico e do nível superior e de lógica e matemática, para o acompanhamento do curso.

No início dos componentes curriculares, os docentes realizam uma avaliação de sondagem e, quando necessário, adotam ações de nivelamento para que a turma possa acompanhar as atividades propostas sem grandes dificuldades. Há possibilidade de oferta de monitoria, de acordo com as normas institucionais e os editais próprios.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do Campus Boa Vista, o estágio é obrigatório, contabilizando 100 horas, e é ofertado no quarto semestre, no qual, o estudante terá o acompanhamento do orientador e do supervisor de estágio. O atendimento pedagógico é prestado pelos docentes e pelo Departamento de Apoio Pedagógico, sempre que necessário.

O Departamento de Apoio Pedagógico e Desenvolvimento Curricular (DAPE) é um setor que desempenha serviços estratégicos no planejamento pedagógico institucional, no assessoramento didático pedagógico à gestão de ensino, aos docentes e técnicos e no atendimento de intervenção técnico-pedagógica, cujas ações e atividades concretizam-se no atendimento e acompanhamento individual e/ou em grupos dos estudantes, a partir do assessoramento, orientação, monitoramento e apoio ao processo de ensino-aprendizagem, conforme legislações externas e internas vigentes. Os servidores/profissionais vinculados a este serviço são pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, que prestam assessoramento pedagógico aos diversos níveis e modalidades de ensino ofertados pelo *Campus* Boa Vista, proporcionando condições de acessibilidade metodológica e instrumental aos estudantes por meio do acompanhamento, treinamento e assessoramento pedagógico

prestados aos docentes.

Com relação às possibilidades de intercâmbios nacionais, internacionais e outros, há editais próprios, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2024-2028) e a Resolução nº 157/2014 do Consup do IFRR, que dispõe sobre as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica *Intercampi*, Nacional e Internacional do IFRR.

Os estudantes podem desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão e culturais em outras instituições de Ensino Superior conveniadas ao IFRR, que visem à complementação e ao aprimoramento da formação dos estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do *Campus* Boa Vista. O Programa de Mobilidade Acadêmica é coordenado e executado pela Pró-Reitoria de Ensino, pela Assessoria de Relações Internacionais, pela Comissão Gestora do *campus* e pelo Colegiado de Curso. Os estudantes podem e devem participar dos centros acadêmicos, dos diretórios dos estudantes e dos movimentos sociais. Para isso, contam com total apoio institucional. O Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar conta com um representante estudantil, com direito a voz e voto, e a coordenação mantém diálogo com os líderes de turma.

18 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs se integram em uma gama de bases tecnológicas que possibilitam, a partir de equipamentos, programas e mídias, a associação de diversos ambientes e indivíduos numa rede, facilitando a comunicação entre seus integrantes, ampliando as ações e possibilidades já garantidas pelos meios tecnológicos. As TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes como meio de promover aprendizagens mais significativas, com o objetivo de apoiar os docentes na implementação de metodologias de ensino ativas, alinhando o processo de ensino e aprendizagem à realidade dos estudantes e despertando neles maior interesse e engajamento.

Trata-se de recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, que potencializam a construção do conhecimento e desempenham papel fundamental nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo melhorias na comunicação e oferecendo espaços de simulação de atividades práticas que não são possíveis de realizar diretamente por indisponibilidade de espaço e estrutura, entre outras possibilidades de mediação.

O *Campus* Boa Vista dispõe de 2 laboratórios de informática, com 30 computadores cada, e mais 1 laboratório com 18 computadores, que são disponibilizados aos estudantes, com presença de docentes, para auxiliá-los em suas atividades acadêmicas. Ademais, há 3 computadores instalados na Biblioteca do *campus*, para uso em atividades de pesquisa, e 3 computadores instalados na sala de pesquisa, todos com acesso à rede mundial de computadores e com suíte de aplicativos para escritório, contendo processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica, cliente de e-mails, biblioteca virtual com um acervo atualizado com livros referentes às mais diversas áreas, IF Maker etc.

19 COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso é o órgão deliberativo, responsável pela coordenação didático-pedagógica de cada curso de graduação e pós-graduação. Nesse sentido, observa os relatórios de autoavaliação institucional e de avaliação externa relativos ao planejamento e ao desenvolvimento das atividades do curso. Ademais, é um órgão normativo e consultivo de planejamento acadêmico de atividades de ensino, pesquisa e extensão, observando-se as políticas e as normas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), bem como as demais legislações aplicáveis.

O Colegiado será composto pelos seguintes membros:

- I) Coordenador do Curso, na condição de presidente;
- II) 3 (três) docentes vinculados ao Curso e em efetivo exercício das suas atividades laborativas e seus respectivos suplentes;
- III) 1 (um) representante acadêmico do Curso e seu respectivo suplente;
- IV) 1 (um) representante da equipe técnico-pedagógica que acompanha o curso e seu respectivo suplente;

Compete ao Colegiado de Curso:

- I) Deliberar sobre a necessidade de atualização/reformulação do Projeto Pedagógico de Curso, primando pela sintonia com as demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e seguindo a legislação vigente;
- II) Acompanhar o processo de reestruturação curricular;
- III) Planejar e executar ações do curso de forma interdisciplinar;
- IV) Acompanhar os processos de avaliação do Curso;

V) Acompanhar os trabalhos e dar suporte ao Núcleo Docente Estruturante;

VI) Deliberar sobre ações e/ou atividades inerentes ao cotidiano acadêmico, que dizem respeito ao Curso: realização de eventos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão; evento específico do curso; número de vagas ociosas para abertura de edital, e das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs);

VII) Estudar a possibilidade de oferta de disciplina ou turma especial e encaminhar à Direção de Ensino;

VIII) Propor alterações no Regulamento do Colegiado do Curso;

IX) Analisar e decidir sobre pedidos de transferências e de reingresso de estudantes quando não houver normativa que regule a dar o parecer;

X) Definir a política para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito do curso, em conformidade com o planejamento estratégico da instituição;

XI) Propor expansão, modificação e extinção de curso;

XII) Analisar e deliberar a reformulação do Projeto Pedagógico de Curso, proposta pelo NDE;

XIII) Deliberar a redução ou ampliação da oferta de vagas no curso, proposta pelo NDE;

XIV) Propor ao setor competente o estabelecimento de parcerias com instituições afins com o objetivo de desenvolvimento e capacitação no âmbito do curso;

XV) Receber, analisar e encaminhar demandas do corpo docente e estudante e tomar decisões de natureza didático-pedagógica sobre elas, desde que atendam à legislação em vigor;

XVI) Propor soluções para as questões administrativas e pedagógicas do curso, tais como as relativas à evasão, reprovação e retenção, entre outras.

O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo(a) Presidente ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas.

O Colegiado somente reunir-se-á com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros. As convocações para as reuniões e outras comunicações serão encaminhadas por correspondência eletrônica aos membros, acompanhadas da pauta e dos materiais para apreciação, devendo o membro confirmar o recebimento.

20 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se como órgão consultivo de atribuições acadêmicas que atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e as novas demandas do mundo do trabalho; e mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório.

O NDE é constituído por um grupo de 5 (cinco) docentes que atuam em regime integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral) e que ministram ou ministraram aulas nos componentes curriculares do curso, devendo pelo menos 60% de seus membros possuir titulação *stricto sensu*, sendo o coordenador do curso integrante.

São atribuições do NDE:

I) Reformular e avaliar o PPC encaminhando proposições para atualizações necessárias, definindo suas concepções e fundamentos em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), encaminhando ao colegiado;

II) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

III) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

IV) Incentivar o desenvolvimento das linhas de pesquisa e extensão oriundas das necessidades do curso de graduação, das exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

V) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

VI) Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando à sua formação continuada;

VII) Referendar, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da Unidade Curricular, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos), e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo;

VIII) Acompanhar, junto à Coordenação do Curso, o processo do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e propor ações que garantam um nível de desempenho satisfatório na avaliação.

O NDE será constituído por um grupo de 5 (cinco) docentes que ministram ou ministraram aulas nos componentes curriculares do curso, sendo que:

I) A presidência do NDE será exercida pelo Coordenador do Curso.

II) Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos membros que compõem o NDE devem ter titulação acadêmica com Pós-Graduação *stricto sensu*.

III) Todos os membros do NDE devem ser docentes do quadro efetivo, em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% (vinte por cento) dos profissionais com 40 (quarenta) horas semanais em tempo integral ou de Dedicção Exclusiva.

O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação do presidente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que o presidente julgar necessário ou quando solicitado por 2/3 de seus membros. A convocação, em caso de reuniões extraordinárias, será realizada mediante notificação prévia com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

No início de cada semestre letivo, no período de planejamento de ensino, o Presidente do NDE deve encaminhar ao Departamento de Ensino de Graduação e/ou ao setor de ensino, ao qual o curso esteja vinculado, o calendário de reuniões, prevendo a realização das reuniões ordinárias. As decisões do NDE serão tomadas por maioria de votos, com base no número de membros presentes nas reuniões.

21 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

21.1 Avaliação da aprendizagem do estudante

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem tem como parâmetros os princípios do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o perfil de conclusão do curso. A avaliação do ensino compreende o acompanhamento pedagógico da prática docente, a fim de identificar os meios, instrumentos e estratégias de ensino que contribuem para a superação das dificuldades no processo de aprendizagem.

Segundo a Resolução Consup/IFRR nº 716/2023, a avaliação da aprendizagem do estudante compreenderá os aspectos cognitivos e sociais, sendo os critérios e valores estabelecidos em cada instrumento de avaliação descritos na metodologia do Plano de Ensino dos docentes e previamente apresentados aos estudantes, no início do componente curricular.

O processo avaliativo deverá considerar os aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais, não devendo os atitudinais ultrapassar 30% (trinta por cento) do quantitativo da avaliação.

A avaliação do processo de aprendizagem será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo docentes e estudantes, e deve garantir conformidade entre os processos, as técnicas, os instrumentos de avaliação, as bases tecnológicas, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas.

A avaliação deverá ser um diagnóstico constante – processo contínuo e formativo – em que os aspectos qualitativos se sobreponham aos quantitativos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), considerando as modalidades:

I) Avaliação Diagnóstica - realizada no início do processo de ensino-aprendizagem:

a) Detecta o nível de conhecimento dos estudantes;

b) Retroalimenta o processo, indicando os elementos que precisarão ser aprofundados.

II) Avaliação Formativa - de caráter contínuo e sistemático:

a) Ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem;

b) É interna ao processo e centrada no estudante;

c) Também tem caráter diagnóstico;

d) Possibilita acompanhar o domínio de competência e adequar o ensino aos ajustes na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante.

III) Avaliação Somativa - possibilita avaliar as competências pretendidas:

- a) Fornece resultados de aprendizagem;
- b) Subsidia o planejamento do ensino para a próxima etapa;
- c) Informa o rendimento dos estudantes em termos parciais e finais.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão e ao acionamento de outros conhecimentos e habilidades, evidenciando iniciativa e criatividade na resolução de problemas.

É de competência do docente a elaboração, a aplicação e o julgamento do trabalho de avaliação da aprendizagem. Quando o conteúdo de qualquer avaliação prevista discrepar dos objetivos gerais ou específicos constantes no Plano de Ensino, o setor de apoio pedagógico proporá a adequação da avaliação.

O docente poderá adotar os instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-los no Plano de Ensino. São considerados, dentre outros, os seguintes instrumentos avaliativos:

- I) Fichas de observação com critérios estabelecidos;
- II) Projetos;
- III) Estudo de caso;
- IV) Painéis integrados;
- V) Lista de verificação de desempenho e competências;
- VI) Exercícios;
- VII) Questionários;
- VIII) Pesquisa;
- IX) Dinâmicas;
- X) Teste/exame/prova escrita ou oral;
- XI) Prática Profissional;
- XII) Relatórios;
- XIII) Portfólio;
- XIV) Atividade prática;
- XV) Jogos pedagógicos;
- XVI) Teatro.

As avaliações devem ser estabelecidas de forma contextualizada, preferencialmente em articulação com os componentes curriculares que abordam a mesma competência. Os resultados das avaliações da aprendizagem deverão ser analisados pelo docente junto à turma, a fim de garantir o melhor aproveitamento dos conteúdos trabalhados.

A avaliação dos estudantes com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Superdotação/Altas habilidades deve ser adaptada às suas necessidades educacionais específicas com apoio da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE).

A verificação da aprendizagem dos estudantes será expressa em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos — ou de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme o SUAP.

As datas das avaliações ficarão a critério do docente, comunicadas previamente aos estudantes, considerando o calendário acadêmico. Os docentes terão um prazo máximo de 10,0 (dez) dias úteis, após a realização das avaliações, para apresentar os resultados aos estudantes, de modo a possibilitar a análise do desempenho desses.

Em caso de uso de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs), o docente deverá optar por tecnologias disponíveis na instituição ou acessíveis aos estudantes, a fim de viabilizar a realização das atividades avaliativas.

A nota do componente curricular será composta por uma das seguintes formas:

- I) Somativa;

II) Média aritmética simples;

III) Média ponderada.

No sistema de avaliação somativa, a nota do componente curricular será obtida pela soma simples das notas dos instrumentos avaliativos.

No sistema de avaliação por média aritmética simples, a nota do componente curricular será calculada como a média aritmética das notas.

No sistema de avaliação média ponderada, a nota do componente curricular será calculada com base nos pesos atribuídos a cada uma das notas (N1 e N2).

A nota do componente curricular será composta, no mínimo, por (02) dois e, no máximo, por (04) quatro instrumentos avaliativos, diferentes entre si, distribuídos entre N1 e N2, quando for o caso.

O processo avaliativo deverá constar do Plano de Ensino e ser apresentado aos estudantes nos primeiros dias de aula do componente curricular.

Será considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do componente curricular.

Será considerado reprovado no componente curricular o estudante que obtiver média inferior a 4,0 (quatro) e/ou frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total.

Terá direito ao Exame Final o estudante que obtiver nota igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), e cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do componente curricular. O Exame Final será elaborado com base na ementa do componente curricular e aplicado ao final do semestre letivo, conforme a data prevista no Calendário Acadêmico.

Será considerado reprovado no componente curricular o estudante que, após o Exame Final, obtiver média inferior a 7,0 (sete), ficando em situação de dependência.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar é organizado por componente curricular, o estudante poderá avançar para o semestre seguinte independente do quantitativo de dependência por nota, desde que respeitado o quantitativo mínimo de 75% de frequência por componente curricular.

Conforme disposto na Resolução Consup/IFRR nº 716/2023, o acompanhamento do desempenho acadêmico envolve identificar, registrar e analisar a aprendizagem dos estudantes, a fim de reorientar o processo de ensino por meio de ações individuais ou coletivas.

Os cursos ou componente(s) curricular(es) que, repetidamente, apresentarem alto índice de reprovação, deverão ser objeto de acompanhamento pedagógico por parte da Coordenação de Curso e do setor Pedagógico, visando embasar as necessárias intervenções.

Na ocorrência de casos extremos, a situação será apresentada em reunião de Conselho de Classe, Colegiado de Curso, Reuniões Pedagógicas visando a proposição de intervenções.

O processo de ensino-aprendizagem deve garantir ao estudante a vivência de experiências teóricas e práticas que estimulem:

I) O exercício da cidadania;

II) A capacidade crítica;

III) A solidariedade, a integração social e o convívio grupal;

IV) A criatividade, a inovação e o raciocínio lógico e científico;

V) A liderança e a proatividade;

VI) O exercício cívico, a moral e a ética;

VII) O respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância;

VIII) A busca contínua de novos conhecimentos;

IX) O desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à formação profissional;

X) A valorização da cultura regional roraimense.

21.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do curso compreende a análise das práticas de desenvolvimento do curso e do processo de retroalimentação curricular, em busca da qualidade da formação ofertada.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, a avaliação do curso ocorrerá por meio do:

I) Colegiado do Curso: órgão normativo e consultivo específico do curso, cuja finalidade é acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico, avaliar as alterações do currículo, discutir temas ligados ao curso, bem como planejar e avaliar as atividades acadêmicas em observância às políticas e normas do IFRR. Cabe ao colegiado, ainda, observar os relatórios de autoavaliação institucional e de avaliação externa para o planejamento e desenvolvimento do curso; e,

II) Núcleo Docente Estruturante (NDE): constitui-se de um grupo de docentes com atribuições de acompanhamento, atuando no processo de concepção, consolidação, avaliação e atualização contínua do curso.

Para além do acompanhamento contínuo e processual do Colegiado e do NDE, a avaliação do curso considerará as Avaliações Internas e Externas:

I) Avaliação interna: Os processos de avaliação do ensino superior no *campus* Boa Vista estão subordinados ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Nessa perspectiva, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pela condução dos processos de avaliação interna dos cursos superiores em cada instituição que possui essa modalidade de ensino, conforme o artigo 11 do texto legal supracitado, desempenha papel relevante nas reflexões relativas ao presente Projeto Pedagógico. A CPA possui a atribuição de conduzir os processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A avaliação conduzida pela CPA subsidiará o credenciamento e credenciamento do IFRR, bem como o reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação oferecidos pela instituição.

II) Avaliação externa: contempla as dimensões de avaliação institucional, de avaliação dos cursos e de avaliação do desempenho dos estudantes. O sistema contempla, ainda, os aspectos do ensino, da pesquisa, da extensão, da responsabilidade social, do desempenho dos estudantes, da gestão da instituição, do corpo docente, das instalações, entre outros aspectos. A avaliação é desenvolvida in loco, coordenada e supervisionada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), e a operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Além dessa avaliação, o SINAES contempla a avaliação do curso por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), com o objetivo de averiguar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso e às habilidades e competências previstas em sua formação.

No âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, além da observação das melhorias propostas após os resultados da avaliação institucional, o coordenador do curso, juntamente ao NDE, avaliará as necessidades de modificações no PPC, pautadas na discussão com os estudantes e os docentes do curso, e refletidas e analisadas por um período considerado, a fim de atingir a maturidade das propostas. Após ter certeza dos benefícios que as mudanças sugeridas proporcionarão ao curso, solicita-se a apreciação e aprovação pelos órgãos colegiados superiores para a regularização delas.

Nesse sentido, a Diretoria de Ensino, o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente Estruturante, o corpo docente e estudante estabelecerão diálogo constante entre si, com a finalidade de desenvolver ações/estratégias que visem minimizar problemas relativos à evasão e reprovação, à dificuldade de aprendizagem e ao acompanhamento dos conteúdos disciplinares por parte dos estudantes, bem como à readequação e/ou ao reordenamento do curso, sempre que necessário.

Dessa forma, as reflexões por parte de todas as instâncias serão uma constante no interior do Curso, a fim de que se alcance um ensino de qualidade, que se dará a partir de reuniões sistemáticas, seminários, dentre outras ações a serem construídas pelo NDE, Colegiado do Curso

22 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES - ENADE

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, bem como o nível de atualização dos estudantes em relação à realidade brasileira e mundial.

Conforme a Lei nº 10.861/2004, o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo requisito para a conclusão do curso e para o recebimento do diploma pelo estudante. Por isso, os estudantes selecionados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para participarem do exame deverão comparecer e realizá-lo, obrigatoriamente, como condição indispensável para a sua colação de grau e a emissão de histórico escolar. São avaliados pelo ENADE todos os estudantes do 1º ano do curso, como “Ingressantes”, e do último ano, como “Concluintes”, conforme as orientações do INEP a cada ciclo de avaliação. A emissão dos diplomas dos cursos de graduação selecionados para o ENADE fica condicionada ao relatório emitido pelo Ministério da Educação (MEC) que comprove a participação do estudante no exame.

23 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Conforme disposto na Resolução Consup/IFRR nº 716/2023, o aproveitamento de estudos ocorre por meio da dispensa do componente curricular cursado anteriormente. Dessa forma, o estudante do IFRR que tenha cursado componente curricular em outra instituição poderá

solicitar o aproveitamento de estudos ou a contabilização de carga horária para Atividades Complementares.

O estudante terá direito ao aproveitamento de estudos dos componentes curriculares que tenham sido cursados com êxito em instituições de ensino reconhecidas pelo MEC, desde que do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior. O aproveitamento poderá ser de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso.

Para requerer o aproveitamento de estudos no período definido no calendário acadêmico, o estudante deverá verificar a compatibilidade entre as competências e habilidades, os conteúdos e as cargas horárias do componente curricular cursado e do que está sendo ofertado.

A solicitação para aproveitamento de estudos deverá ocorrer via Suap em Central de serviço com abertura de chamado > Registro acadêmico > Aproveitamento, com especificação do(s) componente(s) curricular (es) de que se pleiteia, anexando os seguintes documentos:

I) Histórico Escolar;

II) Ementário dos componentes curriculares estudados, com a especificação de carga horária, conteúdos, unidades de ensino, bibliografia, devidamente assinado pelo responsável pelo curso.

O pedido de aproveitamento de estudos terá origem no setor de Registro Acadêmico, a ser despachado para a Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar ao qual o estudante estiver vinculado, devendo-se observar, em seu parecer:

I) Os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir, em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso pretendido no IFRR;

II) Os componentes curriculares cursados com aprovação em outros cursos do mesmo nível de ensino ou de nível superior.

O fluxo para a solicitação de aproveitamento e para outras situações excepcionais será regido pelas normativas nacionais e pelas do IFRR.

24 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A autoavaliação institucional deve ser entendida como um processo pelo qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos, realiza uma análise interna, visando relacionar o que realmente é com o que deseja ser, bem como avaliar suas realizações e o modo como se organiza e atua.

É um processo contínuo que visa identificar os pontos fortes e fracos da instituição, para que subsidiem os planos institucionais de curto e médio prazo e, com isso, haja mudanças que resultem em melhorias efetivas.

A autoavaliação institucional obedece aos princípios norteadores da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) para garantir o processo nacional de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) e dos cursos de graduação e da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Em atendimento à Lei nº 10.861/2004, o IFRR constituiu a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão responsável por conduzir o processo de autoavaliação institucional, que tem autonomia em relação aos demais conselhos e colegiados.

A CPA é constituída por uma Comissão Própria de Avaliação Central, a qual compete a coordenação geral das atividades, localizando-se na Reitoria, e por Comissões Setoriais de Avaliação Locais (CSAs), sendo uma em cada *campus*.

Além da Lei nº 10.861/2004, regulamentada pela Portaria nº 2.051/2004, a CPA fundamenta o seu processo avaliativo no Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Sua atuação se baseia na concepção de avaliação como um processo permanente de construção e consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e se comprometa.

A CPA e as CSAs são compostas por membros das comunidades interna e externa. Os integrantes da comunidade interna são eleitos por seus pares: 2 (dois) representantes docentes, 2 (dois) representantes estudantis e 2 (dois) representantes dos técnicos-administrativos. Quanto à comunidade externa, há 2 (dois) representantes da sociedade civil organizada, indicados pelos dirigentes de suas respectivas organizações. Para cada membro titular da CPA, há um membro suplente do mesmo segmento.

A CPA atua em conjunto com as CSAs, que têm a atribuição de desenvolver o processo de autoavaliação, particularmente o trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica e a divulgação a esta de todo o processo.

25 PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Quadro 13 – Perfil do Corpo Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar

Nº	DOCENTE	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	Aristides Sampaio Cavalcante Neto	Bacharelado em Enfermagem		Mestrado em Educação Agrícola	Doutorado em Ciências	40h - DE
02	Anderson Pereira Lino	Bacharelado em Engenharia de Pesca	Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho	Mestrado em Geociências	Doutorado em Geociências	40h - DE
03	Cícero Cardozo de Almeida Filho	Graduação em Tecnologia da Gestão Pública	Especialização em Gestão Hospitalar	Mestrado em Educação		30h - DE
04	Deice Silva Teixeira	Bacharelado em Direito Bacharelado em Ciências Contábeis Licenciatura em Letras	Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica Especialização em Direito em Administração Pública Especialização em Metodologia do Ensino Superior	Mestrado em Direito		40h - DE
05	Denise Andrade de Oliveira	Tecnólogo em Processamento de Dados	Especialização em Informática Educacional			40h
06	Francinara Lima de Andrade	Bacharelado em Ciências Contábeis	MBA Executivo Gestão de Pessoas Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica			40h - DE
07	Felipe da Silva Souza	Graduação em Matemática	Especialização em Docência no Ensino da Matemática Especialização em Educação Especial: Transtorno do Espectro Autista	Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional		40h - DE
08	Gisely Souza Campos Moraes	Tecnólogo Agroindustrial-Alimentos	Especialização em Vigilância Sanitária e Qualidade de Alimentos	Mestrado em Engenharia de Produção		40h - DE
09	Isabella Cristina Fernandes de Souza	Bacharel Enfermagem	MBA em Auditoria Hospitalar			40h - DE
10	Luciane Wottrich	Tecnólogo em Gestão Hospitalar Bacharelado em Enfermagem	Especialização em Docência em Ensino Superior Especialização em Enfermagem do Trabalho	Mestrado profissional em Ciências da Saúde		40h - DE
11	Lucélia Santos Sousa Gomes	Tecnólogo em Gestão Hospitalar	Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado em Saúde Coletiva		40h - DE
12	Lysne Nozenir de Lima Lira	Licenciatura em Pedagogia	Especialização em Filosofia da Educação	Mestrado em Educação		40h - DE
13	Miquéias Ambrósio dos Santos	Graduação em Letras-Libras Graduação em Filosofia	Especialização em Educação Infantil Especialização em Docência do Ensino Superior Especialização em Libras	Mestrado Profissional em Ensino de Ciências		40h - DE
14	Nathalia Oliveira da Silva Menezes	Licenciatura em Letras - Espanhol e Literatura Hispânica Bacharelado	Especialização em Psicopedagogia Institucional	Mestrado em Letras	Doutorado em Letra	40h - DE

		em Psicologia				
15	Orlando Marinho Cerqueira Júnior	Bacharelado em Arquitetura	Especialização em MBA em Marketing			40h - DE
16	Régia Cristina Macedo da Silva	Bacharelado em Administração	Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado Profissional em Ciências da Saúde		40h - DE
17	Robson Pereira Silva	Bacharelado Em Ciências Contábeis	Especialização em Direito Empresarial			20h - DE
18	Renata Orcioli da Silva Ticianeli	Licenciatura em Letras	Especialização Ressignificando o Ensino da Língua Inglesa	Mestrado em Letras		40h - DE
19	Suzana Menezes Macedo	Bacharelado Administração em Turismo	Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica Especialização em Turismo, Cultura e Lazer	Mestrado em Turismo e Desenvolvimento de Destinos e Produtos		40h - DE

Fonte: Elaborada pela Comissão de Reformulação (2025)

b. Equipe Técnico-Pedagógica

Quadro 14 – Perfil da Equipe Técnico-pedagógica

Nº	TÉCNICO	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	Antonia Luzivan Moreira Policarpo	Licenciatura em Pedagogia	Especialização em Tecnologias em Educação Especialização em Pedagogia Escolar: Supervisão, Orientação, Administração	Mestrado em Educação		40h
02	Andréia Pereira da Silva	Licenciatura em Pedagogia Graduação em Ciências Econômicas	Especialização em Pedagogia Escolar: Supervisão, Orientação, Administração	Mestrado em Educação		40h
03	Dinair Linhares Cauper Ribeiro	Licenciatura em Letras				40h
04	Errol Flynn da Silva Santos					
05	Larisse Livramento dos Santos	Licenciatura em Letras Licenciatura em Pedagogia	Especialização em Gestão Escolar Integrada e Práticas Pedagógicas	Mestrado Profissionalizante em Ciências e Meio Ambiente		40h
06	Maria Elisângela Lima dos Santos	Licenciatura em Pedagogia	Especialização em Gestão dos Sistemas Educacionais	Mestrado em Educação		40h
07	Milly Lucia Pereira Lima	Graduação em Química				40h

08	Natã Ribeiro Guimarães	Licenciatura em Educação Física				40h
09	Noeli Saldanha Peixoto	Licenciatura em Pedagogia				40h
10	Rodrigo Viana Bezerra	Licenciatura em Educação Física Bacharelado em Direito	Especialização em Educação Inclusiva	Mestrado em Educação Agrícola		40h
11	Roselis Bastos da Silva	Bacharelado em Pedagogia	Especialização em Informática na Educação Especialização em Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica			40h

Fonte: Elaborada pela Comissão de Reformulação (2025)

c. Corpo Técnico-Administrativo

Quadro 15 – Perfil do Corpo Técnico-administrativo

Nº	TÉCNICO	CARGO/ FUNÇÃO	TITULAÇÃO					CARGA HORÁRIA
			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
01	Aldenora Coelho de Araujo	Auxiliar em Administração						40h
02	Angela Nayva da Silva Souza	Chefe de Gabinete		Licenciatura em Química	Especialização em Tecnologias e Educação à Distância			40h
03	Alizane Ramalho de Sousa Aniceto	Psicóloga		Bacharelado em Psicologia Tecnólogo em Gestão de Saúde Pública	Especialização em Gestão da Clínica do SUS nas Regiões de Saúde Especialização em Docência no Ensino Superior			40h
04	Ana Lilia Guimarães Barros de Souza	Médica		Bacharelado em Medicina	Especialização em Tisiologia e Pneumologia			40h
05	Aurea Luiza Azevedo de Miranda	Intérprete de Libras		Licenciatura em Letras - Espanhol	Especialização em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa			40h

					e Literatura			
06	Cassandra Loureiro Mangabeira	Médica		Bacharelado em Medicina	Especialização em Medicina Tropical Especialização em Terapia Intensiva	Mestrado Prof. em Ciências da Saúde Mestrado em Terapia Intensiva		40h
07	Carlos Alberto Ruth Costa	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos						40h
08	Cleusa da Silva Vianna	Auxiliar de Enfermagem						40h
09	Daiane Ruth Alves da Silva	Psicóloga		Bacharelado em Psicologia	Gestão em Psicopedagogia Institucional			40h
10	Ellen Adalgisa Feitosa Barbosa	Assistente de Alunos						40h
11	Francisco Chagas de Oliveira	Auxiliar de Enfermagem		Bacharelado em Enfermagem Bacharelado em Secretariado Executivo	Especialização em Saúde do Adolescente			40h
12	Gilvan Brolini	Enfermeiro		Licenciatura em Enfermagem Bacharelado em Turismo	Especialização em Administração em Saúde Pública	Mestrado Ensino em Ciências da Saúde	Doutorado em Enfermagem	40h
13	Gisele Tajujá Martins	Assistente em Administração		Licenciatura em Pedagogia Bacharelado em Administração	MBA em Gestão de Pessoas MBA em Gestão Empresarial	Mestrado em Administração		40h
14	Giselle Alfena Schmidt	Auxiliar de Enfermagem	Técnico em Enfermagem Técnico em Enfermagem	Bacharelado em Administração	Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública Especialização em Gestão em Saúde Pública e Meio Ambiente			40h
15	Helcio Mota	Odontólogo		Bacharelado em Odontologia				40h
16	Iraima Monteiro Trajano	Odontóloga		Bacharelado em Odontologia				40h
17	Leandro Pereira Lopes	Técnico em Enfermagem						40h
18	Lígia da Nóbrega Fernandes	Assistente Social		Bacharelado em Serviço Social	Especialização em Serviço Social	Mestrado em Serviço Social	Doutorado em Serviço Social	40h
19	Maria de Fátima Freire de	Bibliotecária		Bacharelado em Biblioteconomia		Mestrado em Ciências da Educação		40h

	Araújo							
20	Maria Assunção de Aguiar Policarpo	Agente Administrativo		Bacharelado em Direito Licenciatura em Ciências Biológicas				40h
21	Maria Sebastiana da Silva Vale	Auxiliar de Enfermagem						40h
22	Michele Fabricio de Souza	Assistente em Administração		Tecnólogo em Gestão Hospitalar				40h
23	Natalia Bueno Lima	Enfermeira	Técnico em Enfermagem	Bacharelado em Enfermagem	Especialização em Terapia Intensiva	Mestrado Profissional em Educação Profissional - PROFEPT		40h
24	Noara Milene Medeiros Lamounier	Assistente em Administração		Tecnólogo em Gestão de Marketing				40h
25	Paula Lima Garcia	Bibliotecária		Bacharelado em Biblioteconomia Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa				40h
26	Rosemere Lopes dos Santos	Assistente Social		Bacharelado em Serviço Social	Especialização em Administração Hospitalar	Mestrado em Ciência da Educação		40h
27	Taliana Souza Barreiros	Assistente em Administração		Tecnólogo em Gestão Hospitalar	Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica PROEJA	Mestrado em Educação Agrícola		40h
28	Valeria Braga Santiago de Sá	Médica		Bacharelado em Medicina				40h
29	Vania Souza	Agente Administrativo		Bacharelado em Serviço Social				40h

Fonte: Elaborada pela Comissão de Reformulação (2025)

26 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar do IFRR - Campus Boa Vista utiliza a infraestrutura do *campus*, cujas salas de aula estão equipadas com recursos audiovisuais. Além disso, conta com biblioteca, salas de teleconferência, laboratórios de informática, auditório para

palestras e outros eventos, 2 salas para docentes, sala de pesquisa para docentes, sala de atendimento a estudantes, entre outros espaços pedagógicos.

26.1 Instalações

Quadro 16 – Instalações da Biblioteca

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADES
Sala da Direção	01
Sala da Coordenação do Curso	01
Sala da Coordenação do Curso	01
Salas de Aula: Climatizadas com data show	12
Laboratório audiovisual	01
Laboratório de Tutoria EaD	01
Banheiros	03 conjuntos
Banheiros Social	02
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	01
Praça de Alimentação	01
Auditório Principal: Climatizado. Capacidade 200 pessoas sentadas	01
Auditório 2: Climatizado. Capacidade 50 pessoas sentadas	01
Auditório 3: Climatizado. Capacidade 200 pessoas sentadas	01
Sala de Áudio / Salas de Apoio	01
Sala de Leitura / Estudos	01

Fonte: Elaborada pela Comissão de Reformulação (2025)

26.2 Biblioteca

Quadro 17 – Informações Complementares da Biblioteca

Área total (m²)	Área para usuários (m²)	Capacidade (nº de usuários)
1.381	1.318	3.654
Outras informações: O espaço físico está assim distribuído: a. 1º Piso: Acervo geral; salão de consulta; sala para leitura individual; sala de multimídia; coordenação; hall de exposição; b. 2º Piso: Duas salas para teleconferência; coordenação de periódicos; salão de periódicos; processamento técnico; hall de exposição; copa e 06 banheiros masculinos e 06 banheiros femininos, sendo um banheiro de cada bateria, adaptados para portadores de deficiência física. O acesso ao 2º piso dá-se por uma rampa.		

Fonte: Elaborada pela Comissão de Reformulação (2025)

26.3 Equipamentos e outros materiais

Quadro 18 – Equipamentos e outros materiais

ITENS	OBSERVAÇÕES	QUANTIDADES
Televisores		10
Notebooks		06
Câmera fotográfica	Digital	03
Caixa de Som	Amplificada	03
Máquina Copiadora	Xérox (terceirizada para atender ao IFRR)	04
Ônibus	Capacidade para 46 lugares, ar-condicionado, semileito para viagens longas	02
Microônibus	Capacidade para 23 lugares, com ar-condicionado TV e vídeo	02
Van	Capacidade para 16 lugares, com ar-condicionado	01
Caminhonete L200	Capacidade para 05 lugares, com ar-condicionado	01
Caminhonete Ranger	Capacidade para 05 pessoas – com ar-condicionado	04

Fonte: Elaborada pela Comissão de Reformulação (2025)

26.4 Recursos de acessibilidade

Há piso tátil em todas as dependências do *Campus* Boa Vista, assim como rampas de acesso nos estacionamentos, nas salas de aula, nos laboratórios e na biblioteca. Constam no projeto arquitetônico do prédio três elevadores de acesso.

27 DIPLOMAÇÃO

Após o cumprimento e a aprovação em todos os componentes curriculares, com frequência mínima de 75%, e o cumprimento da carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório e do ENADE (quando for o caso), o estudante concluinte obterá o diploma de Tecnólogo em Gestão Hospitalar.

28 REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jun. 2007, Seção 1, p. 6.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CP nº 1, 5 de janeiro de 2021**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 157, de 10 de junho de 2014**. Dispõe sobre as normas e procedimentos da mobilidade acadêmica, nacional e internacional, para estudantes de cursos técnicos de nível médio e superiores do Instituto Federal de Roraima e dá outras providências.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 292, de 5 de maio de 2017.** Aprova o regulamento geral para realização de estágio curricular supervisionado dos cursos do IFRR.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR Nº 766, de 27 de dezembro de 2023.** Aprova Plano de Desenvolvimento Institucional/ PDI 2019-2023.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR Nº 781, de 20 de março de 2024.** Aprova Plano de Desenvolvimento Institucional/ PDI 2024-2028.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 429, de 6 de fevereiro de 2019.** Aprova Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Roraima.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 432, de 12 de fevereiro de 2019.** Aprova regulamento do Núcleo de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Roraima.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 434, de 18 de fevereiro de 2019.** Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) do IFRR.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 869, de 29 de outubro de 2025.** Aprova o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, de 26 de outubro de 2021.** Dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) do Instituto Federal de Roraima.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, de 10 de maio de 2022.** Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 682/2022, de 16 de julho de 2022.** Estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de janeiro de 2023.** Organização Didática do IFRR.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 434, de 18 de fevereiro de 2019.** Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico, Culturais (AACCs) do Instituto Federal de Roraima.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 469, de 17 de setembro de 2019.** Aprova o regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação do Instituto Federal de Roraima.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 473, de 21 de outubro de 2019.** Aprova o regulamento do colegiado de curso de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 558 de 03 de março de 2021.** Dispõe sobre a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do IFRR.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução nº 657/2022 - CONSUP/IFRR, de 10 de maio de 2022.** Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de janeiro de 2023.** Aprova a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/IFRR.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 746 de 30 de março de 2023.** Estabelece normas e diretrizes para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos cursos de graduação, no âmbito do Instituto Federal de Roraima.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR N° 781, de 20 de março de 2024.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2024-2028 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR n° 782, de 25 de março de 2024.** Dispõe sobre as normas e as diretrizes gerais do estágio e sua padronização nos campi do Instituto Federal de Roraima.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR n° 795, de 10 de julho de 2024.** Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) do Instituto Federal de Roraima (IFRR).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n° 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR n° 748 de 17 de junho de 2023.** Aprova a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Agronomia do *Campus Novo Paraíso* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR n° 157 de 10 de junho de 2014.** Dispõe sobre as normas e procedimentos da Mobilidade acadêmica, nacional e internacional para estudantes de Cursos Técnicos de nível médio e superior do Instituto Federal de Roraima.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n° 23, de 21 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n° 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a base nacional comum para a formação inicial de professores da educação básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, 21 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP N° 1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n° 2, de 30 de agosto de 2022.** Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2022, p. 186. Altera o Art. 27 da Resolução CNE/CP n° 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.** Disponível em: <https://cncst.mec.gov.br/> Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/> Acesso em: 7 jan 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **[Constituição (1988)].** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n° 8.670 de 30 de junho de 1993.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n° 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional,

Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Dados de um relatório.

29. ANEXOS OU APÊNDICES

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Nílra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD1 - IFRR**, em 17/09/2026 12:56:47.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/09/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 459450
Código de Autenticação: e347ba941a

